

OS JOVENS E AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA DÉCADA DE 70: QUESTIONANDO PRESSUPOSTOS E SUGERINDO PISTAS

Felícia Reicher Madeira
Da Fundação Carlos Chagas

RESUMO

A ONU (Organização das Nações Unidas) denominou, 1985, Ano Internacional da Juventude. Para este evento a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) encomendou diagnósticos da situação do jovem em diferentes dimensões – seu papel nas tendências da dinâmica demográfica, alterações na organização familiar, condições de trabalho, escolaridade etc. – baseados fundamentalmente em dados censais. O diagnóstico brasileiro foi realizado por mim com a colaboração de Albertina Costa e foi divulgado pela CEPAL com o nome de *Os Jovens e as Mudanças Estruturais no Brasil ao Longo da Década de 70*.

Este artigo é o resumo de uma das dimensões abordadas naquele relatório. Trata de avaliar o impacto das intensas mudanças qualitativas e quantitativas ocorridas na estrutura econômica e social do Brasil, na década de 70, nas condições de trabalho de crianças (10-14 anos), adolescentes (15-19 anos) e jovens (20-24 anos). Na verdade propõe-se a duas tarefas básicas e complementares – a de mostrar como estas parcelas da população foram condicionadas a participar das tendências do mercado de trabalho ocorridas ao longo deste período, contribuindo a sua maneira para os novos contornos que assumiu a sociedade brasileira, e, em segundo lugar, como estas mudanças acionaram mecanismos de acesso pelos setores populares à identidade jovem.

SUMMARY

U.N. (United Nations) has declared 1985 The International Year of Youth. For this event, CEPAL (Economic Commission for Latin America and the Caribbean) asked for a diagnosis about the situation of young people under different perspectives – its role in the dynamics of demographic tendencies, the changes in familiar organization, work conditions, schooling etc. – all for then based on census data. The Brazilian diagnosis, written by me with the help of Albertina Costa, was distributed by CEPAL and called *The Youth and Structural Changes in Brazil in the 70's*.

This article is a summary of the dimensions studied in the work mentioned above. Its aim is to evaluate the impact of intense quantitative and qualitative changes that took place in the social and economic structure of Brazil during the 70's. These changes, in turn, had a reflection on work conditions of children (10-14 years) adolescents (15-19 years) and young people (20-24 years).

In reality, this article intends to accomplish two basic and complementary tasks. The first one is to demonstrate how these sectors of the population have been conditioned to participate in the new tendencies emerged through this period. Those tendencies, which contributed to the new configuration of Brazilian society, took place in the labor market. The second task is to show these changes have put in action many mechanisms that made the access to youth identity possible for the popular sectors of the society.

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, o Brasil, como o restante da América Latina, sofreu um processo de intensas mudanças trazendo profundas modificações quantitativas e qualitativas na estrutura espacial demográfica e social do país. Algumas destas tendências básicas seriam: tendência ao assalariamento como forma de ocupação hegemônica, aumento dos níveis de mercantilização das relações de troca e monetarização das relações de trabalho, aumento progressivo das ocupações urbanas, tendência progressiva à concentração dos rendimentos do trabalho, formação de grandes desequilíbrios regionais e avanço das oportunidades educacionais.

A novidade dos anos 70 foi o aceleração destas tendências e, a emergência de novas, das quais destacamos: tendência ao rejuvenescimento e feminização da PEA (População Economicamente Ativa) urbana, intensa penetração dos meios de comunicação de massa, difusão de novas pautas de consumo via comunicação de massa, difusão do crédito ao consumidor. A partir dos anos 80, entretanto, o país entra em um período recessivo onde sobressaem as seguintes tendências mais gerais: elevação dos níveis de desemprego nos setores dinâmicos, tendência ao aumento nos níveis de subemprego, tendência à deterioração do padrão de vida da classe trabalhadora.

Um volume já bem razoável de trabalhos tem se dedicado ao entendimento de fatores que atuaram no delineamento destes novos contornos, apoiados em estatísticas oficiais e tomando como referência um conjunto de variáveis sócio-econômicas "clássicas" tais como renda, ocupações, zonas residenciais, nível de educação etc.

A grande maioria dos trabalhos não têm por hábito levar em consideração em suas análises a especificidade que certos grupos bio-demograficamente delimitados – como o jovem, a jovem e mulheres adultas – dão a este conjunto de variáveis "clássicas" contribuindo à sua maneira, de acordo com suas características, na ordem social que emerge.

Sem a pretensão de especular demais sobre as razões que colocam tais preocupações como secundárias ou marginais, e que certamente são de natureza distinta para mulheres adultas e para jovens de cada um dos sexos, é possível encontrar um ponto de explicação comum: a pouca importância atribuída à família na determinação das condições de vida da população. De fato, durante muito tempo as relações familiares foram objeto de preocupação acadêmica somente em sua ala mais conservadora, ficando nestes casos o foco de análise restrito às suas funções ideológicas. Já na ala progressista a preocupação com as relações familiares caracterizava-se como preocupação própria de pesquisadores contaminados pela ideologia burguesa, uma vez que da forma como era formulada a problemática, acabava por ocultar a realidade da luta de classes.

A nível dos dados secundários, o que se colocava como fundamental para detectar eram os parâmetros que permitiam visualizar a situação que vivia o homem adulto, em geral um chefe de família sobre o qual recaía toda a garantia e responsabilidade da sobrevivência biológica da família ou do nível de quali-

dade da vida familiar, quando esta estava acima do nível de subsistência.

Por uma série de caminhos que acabaram por se cruzar, a família passou a ser vista por uma nova ótica, que a legitimava como tema de estudo importante, ao salientar o papel da "atividade econômica conjunta" de seus membros na determinação da manutenção e reprodução de suas condições de vida. Legitimada através desta perspectiva, o lado da solidariedade, da harmonia entre os diferentes membros é que acabou ganhando destaque nas análises. Por outro lado, na medida em que esta ótica admitia o valor econômico do trabalho doméstico, favoreceu também o florescimento de uma rica discussão da articulação do espaço produtivo capitalista com a família, enquanto esfera de produção e reprodução da força de trabalho (implicando procriação e trabalho doméstico).

Se efetivamente esta nova forma de ver a família legitimou os estudos sobre o sentido econômico das atividades da esposa, a questão dos filhos (crianças ou jovens), permanece ainda como uma questão praticamente inexplorada. A verdade entretanto, é que quando analisada da perspectiva destes, a análise da família suscita toda uma nova ordem de questões. Assim, quando analisada como locus privilegiado da organização da "estratégia de sobrevivência familiar" ou do ângulo da contribuição feminina, o que sobressai é a dimensão da solidariedade; quando olhada da perspectiva do jovem o que ressalta é o conflito ou a relação conflito/solidariedade. Se, no caso da temática mulher, somos levados a discutir de imediato a relação trabalho produtivo/improdutivo, quando o tema é o jovem enveredamos quase que de forma inevitável pelo terreno do futuro, da democratização da escolaridade, e daí resvalamos imediatamente para a mobilidade social, manipulação das aspirações, frustrações etc.

A ausência de estudos que levem em conta a dimensão do jovem, por si só, justificaria fazer um balanço do que ocorreu no Brasil na última década com a participação desta parcela da população na PEA. Entretanto, a revelação de que os novos padrões que emergiram ao longo da última década, com implicações fundamentais para a definição dos rumos da sociedade brasileira, atingiram de forma especial jovens de ambos os sexos, torna este exercício dos mais oportunos.

Além do mais, pesquisas recentes chamam a atenção para dois pontos. O primeiro é para a necessidade de relativizar, nas análises da inserção da criança e do jovem no mercado de trabalho, o valor da ótica mais recorrente que tende a concentrar tradicionalmente as atenções nos aspectos aparentes de marginalidade e pobreza que envolvem a questão, e começar a pensar analiticamente o trabalho destas categorias (como se fez com o trabalho da mulher) como parte integrante e estrutural do processo social de produção. A segunda é tentar verificar as relações de trabalho e o sentido da escolaridade não só da ótica do capital como é comum fazer, mas também da ótica do ator específico que se está tratando, no caso o jovem.

Este trabalho se propôs a duas tarefas básicas e complementares: o de mostrar como os jovens foram condicionados a participar das tendências relativas ao mercado de trabalho ocorridas ao longo deste período.

do, contribuindo à sua maneira para os novos contornos que assumiu a sociedade brasileira, e em segundo lugar como estas mudanças acabaram por acionar mecanismos de expansão ou de acesso à identidade jovem.

Com este propósito discute-se no primeiro item o conceito de identidade jovem. A seguir o objetivo é destacar o comportamento específico da população jovem nas tendências do mercado de trabalho na última década.

A organização dos dados baseou-se em estatísticas oficiais dos Censos Demográficos (1970-80) e Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD). As informações apresentadas referem-se sempre ao país como um todo, e a dois pólos. Um, o Estado de São Paulo, a ponta mais dinâmica do país; o outro, o Estado de Pernambuco, representando a área que sofreu os efeitos mais nocivos de estilo de desenvolvimento que prevaleceu neste país no correr dos anos 70. Com muita freqüência lançamos mão de informações contidas no trabalho *Integração Trabalho/Escola no cotidiano de jovens dos setores populares paulistanos* e baseado em referenciais empíricos da natureza qualitativa (Ma-deira, 1984).

Sempre que foi possível, os dados foram segregados por sexo, já que o impacto das grandes mudanças se dá de forma bastante diferenciada entre os sexos.

Outra decisão foi subdividir as faixas etárias em: 10-14 anos – crianças; 15-19 – adolescentes; 20-24 – jovens. Esta é a subdivisão que é oferecida pelos Censos; entretanto a decisão de mantê-las isoladas vincula-se ao fato de que a sociedade desenvolveu, nos últimos anos, diferenças significativas de expectativas de responsabilidades (com relação ao trabalho, escola, lazer etc.) para cada um destes segmentos etários.

A NOÇÃO DE JOVEM

Em grande parte motivados pela decisão da ONU de designar 1985 como Ano Internacional da Juventude, os meios de comunicação de massa, os partidos políticos, setores organizados da sociedade, têm se manifestado sobre a questão. Nestas manifestações é possível distinguir duas formas de encarar a questão – ou se fala da juventude brasileira genericamente, ou se insiste nas enormes diferenças entre os jovens. Neste último caso, naturalmente, estão as colocações de natureza mais contestatória.

“Por isso entendemos que não se pode falar em juventude em geral mas que temos que caracterizar o jovem a partir de suas condições de vida, de trabalho e da classe a qual pertence. Nesse sentido o jovem trabalhador é aquele que pertence à classe operária e com ela compartilha condições de vida e trabalho” (Quem somos)¹.

Um canal de TV, durante algum tempo, apresentava ao longo de sua programação *flashes* onde aos mais diferentes tipos de jovens – operário, ambulante, bóia-fria, pregadores de seitas – e mesmo a adultos, perguntava-se o que era ser jovem ou viver a juventude. Não obstante a tônica na enorme diversidade de tipos feita pela organização dos programas, sempre que a questão resvalava para o que é ser jovem ou para as preferências, sobretudo em termos de

lazer ou das dificuldades que sentiam para realizá-las, as diferenças estreitavam-se consideravelmente. Viver a juventude significava sobretudo aproveitar um período transitório de menor responsabilidade seja com o trabalho, seja com a família, desfrutar ao máximo o lazer que significava freqüentemente “curtir um som”, namorar, praticar esporte, farrear com amigos, etc.

No fundo, o que o conjunto de depoimentos estava mostrando é que existe na sociedade – de uma forma que pode não ser absoluta mas que é certamente generalizada – uma percepção relativamente clara do que seja viver o período da juventude, apesar das enormes diferenças nas formas que os indivíduos têm de se inserir na sociedade.

Braslavski (1984) traduz bem o sentido do conjunto dos depoimentos quando delinea a noção de juventude tomando como referência dois critérios.

O primeiro é o que discrimina etapas porque passam os seres humanos segundo sua maior ou menor autonomia. Neste sentido, o que caracterizaria o jovem é o fato de possuir uma margem de autonomia maior do que as crianças e menor do que os adultos.

Este sentimento e atribuição social de uma capacidade relativa maior de enfrentar os problemas, faz com que os jovens oscilem entre dois tipos de comportamento. Por um lado, a posse de uma autonomia incomparavelmente superior da que usufruía até esse momento, dá a eles a percepção de que são capazes de resolver uma quantidade enorme de tarefas individuais e de enfrentar uma série de desafios sociais. Este sentimento toma freqüentemente a forma de onipotência pessoal e social. Outras vezes, manifestam a angústia de não poder levar a bom termo todas estas ambições; esta angústia se origina no reconhecimento crescente dos limites que lhes são impostos tanto interna como externamente, pela família e pela sociedade.

Na prática, no cotidiano, o jovem acaba imprimindo freqüentemente às atividades que exerce, inclusive àquelas mais regulamentadas – escola e trabalho – um caráter “intermitente”, de idas e voltas, próprio de quem não necessita socialmente arcar com “toda” a responsabilidade.

Certamente este conjunto de traços distintivos dos jovens está na base de outro componente que sempre aparece no discurso que caracteriza o jovem – o conflito com o mundo do adulto.

O segundo critério coloca a juventude como a etapa de transição entre a infância e a vida adulta. E neste sentido deve-se assinalar que a transição para o mundo adulto não se dá de uma forma única. Quase sempre se trata de uma série de mudanças paralelas ou consecutivas que variam histórica e culturalmente. A literatura científica tem considerado cinco formas de transição que são aquelas mais recorrentes em depoimentos e consagradas pelo senso comum: 1) deixar a escola; 2) ingressar na força de trabalho; 3) abandonar a família de origem; 4) casar-se e 5) estabelecer uma nova unidade doméstica.

¹ Documento preparado pelo Jornal Juventude Operária para o Ano Internacional da Juventude.

Este esforço de delinear o perfil de um jovem está longe de ter um interesse puramente teórico ou acadêmico. É necessário que a problemática específica do jovem alcance visibilidade e seja socialmente reconhecida para que se torne possível pensar no delineamento de políticas públicas especialmente destinadas para esta parcela da população. Por outro lado, ter presente este conjunto de traços é fundamental para interpretar resultados de pesquisas, sejam eles qualitativos ou quantitativos, sobretudo porque tais resultados são, em última instância, subsídios preciosos para geração de políticas públicas em duas áreas sociais cruciais – educação e mercado de trabalho. As características próprias deste agente social devem estar presentes inclusive quando se analisa dados oficiais, como no caso dos Censos Demográficos. De fato, como mostramos ao longo do texto, quando se tem como pano de fundo tais noções, ficam bem mais nítidos critérios normativos ou motivacionais que permeiam categorias censitárias, como por exemplo a de desemprego e inatividade. O viés do dado oficial é fato já amplamente denunciado nos estudos sobre mulher, e agora, quando analisado da perspectiva do jovem, deixa à mostra outras facetas desta questão.

A semelhança da questão do jovem com a da mulher não termina aí. O consenso da autonomia apenas relativa, da menor responsabilidade não passa despercebida nem ao Estado, nem tampouco ao empregador. São qualificados como trabalhadores de contribuição secundária na família, são tratados de forma bastante diferencial dos agentes sociais adultos do mesmo segmento social, o que na prática significa a atribuição de menor valor de mercado ao trabalho que realizam.

É possível falar que existe no Brasil hoje, uma parcela da população, que se destaca das demais por certo grau de homogeneidade em razão de autonomia relativa de que desfruta e da qual é consciente. Em outros termos é possível falar em uma identidade jovem que perpassa a sociedade brasileira como uma todo.

Entretanto, a existência da identidade jovem assim demarcada não nos permite falar genericamente da "juventude brasileira", da mesma forma que não podemos falar genericamente da criança brasileira, da mulher brasileira. A categoria jovem acha-se tão segmentada como a sociedade brasileira como um todo. Os jovens estão divididos por sexo, em rurais, urbanos e metropolitanos; ricos, remediados e pobres; integrados e marginalizados; do Norte e do Sudeste; jovens filhas, jovens mães, trabalhadores, estudantes, trabalhadores-estudantes. Naturalmente cada uma das situações específicas vividas pelo jovem delimita a onipotência, as aspirações, os limites que os códigos sociais escritos e não-escritos determinam, o nível de conflito, a maior ou menor responsabilidade.

Tomando como referência a contraposição identidade/diferenças entre os jovens brasileiros, a título de breve resumo e antecipação de conclusões, poderíamos dizer que ao longo da década de 70 uma parcela significativa da população jovem pode se inserir de forma mais "moderna" na sociedade, seja pelo trabalho, seja pela escola ou pelo lazer. Isto não significa que tenham diminuído as distâncias relativas objetivas entre os jovens. Mas parece claro que a série de modi-

ficações que ocorreram ao longo deste período reforçaram ou mesmo estenderam a identidade jovem para uma parcela maior da sociedade. Assim a expansão das oportunidades de trabalhos remunerados, dos empregos formais, reforça aspirações, ambições e também a onipotência, e torna mais claramente explícitos os conflitos entre as gerações. A democratização da escola ao mesmo tempo que aviva as aspirações, satisfaz as carências de sociabilidade (sobretudo no caso das jovens); os meios de comunicação se encarregam de criar símbolos visíveis e claros de identidade jovem, o sistema de "consumo" torna-os acessíveis seja pela queda de qualidade, seja pelo barateamento do produto, seja pela criação do sistema de crédito.

O TRABALHO UMA ATIVIDADE DE MUITOS JOVENS BRASILEIROS

O emprego

Em geral, tendo como referencial a teoria de modernização, espera-se que ao longo do processo de urbanização/industrialização, a taxa de participação na PEA de crianças, adolescentes e jovens e a sua proporção no conjunto dos que fazem parte da PEA diminua. A razão é simples. Enquanto a proporção da população engajada no setor Primário for alta, utilizará uma proporção elevada de mão-de-obra desta população e de pessoas em idade mais avançada. À medida que se avança no processo de modernização, a disponibilidade desta mão-de-obra vai desaparecendo. Isto porque, concomitantemente ao processo de urbanização se dá a extensão e prolongamento da escolaridade, a implantação da legislação trabalhista e melhores sistemas de seguro social.

Grosso modo não foi outra a tendência brasileira até a década de 70. A surpresa dos anos 70 está exatamente na inversão de algumas destas tendências. Pode-se mesmo falar que uma das características de década de 70 foi o rejuvenescimento da PEA urbana.

Só este fato prova a falácia deste paradigma da teoria da modernização, na medida em que a evolução do processo de trabalho e do sistema escolar nesta última década tem-se configurado mais como um estímulo à contratação de menores do que um obstáculo. Em números absolutos, o exército de menores trabalhadores (10-17 anos) cresce de 1970 a 1980 de 41%, menos do que o total do contingente de trabalhadores cujo aumento foi de 48%. Deve-se porém enfatizar que esse aumento relativo do número de menores ocorreu apesar de grande diminuição da mão-de-obra rural, na qual a proporção de menores é bastante alta. Tomando-se os dados apenas para o mercado de trabalho urbano, verifica-se que sua capacidade de absorção de mão-de-obra infantil, adolescente e jovem cresceu em 94%, enquanto que a absorção da mão-de-obra adulta cresceu em 85%.

Antes da análise são necessárias duas considerações de caráter mais geral sobre a Tabela 1*. A primeira diz respeito às diferenças entre homens e mu-

* Ver Tabelas em anexo.

heres em todas as faixas etárias mostrando que as marcas da distinção por gênero se inscrevem desde muito cedo. A segunda são as expectativas com relação à participação no mercado de trabalho entre os diferentes subgrupos destas categorias, muito parecidas no conjunto do país, e que diferenciam-se também igualmente entre os sexos.

Assim, com relação à população masculina grosso modo poderíamos dizer que cerca de 1/5 de crianças estão na PEA; um pouco mais da metade dos adolescentes (entre 15-17); 3/4 dos que acabaram de passar para o período da maioridade legal² (18-19).

Entretanto, assim agregados estes valores escondem diferenças significativas entre as situações polares urbano/rural e São Paulo/Nordeste. Vejamos inicialmente o que ocorre com as crianças:

- as taxas de participação na PEA nas áreas rurais são cerca de 5 vezes maiores do que nas áreas urbanas. São maiores também no pólo menos subdesenvolvido do país, embora tivessem em ambas as situações aumentado ao longo da década. Em São Paulo o valor evoluiu de 28,3% para 30,7% e em Pernambuco passou de 37,6% para 42,0%;
- já as taxas urbanas embora mais reduzidas referem-se a números absolutos maiores, sofreram acréscimos percentuais mais significativos e atingem níveis mais elevados no pólo mais desenvolvido. Em São Paulo, passou-se de 8,8% para 13,4% e em Pernambuco de 4,3% para 11,7%;

Comparativamente às crianças, são substancialmente maiores as proporções de trabalhadores adolescentes, como são diversas também as condições de trabalho quando se toma como referência as dicotomias Sudeste/Nordeste e rural/urbana.

- é São Paulo, e não Pernambuco que apresenta níveis mais elevados de trabalhadores adolescentes;
- as diferenças decorrem sobretudo da participação mais representativa dos adolescentes nas áreas urbanas, onde também o ritmo do crescimento é mais vertiginoso;
- a evolução entre os adolescentes do sexo masculino ocorreu da seguinte forma: em São Paulo passou de 53% para 63% e em Pernambuco oscilou cinco pontos de percentagem, passando de 35,0% para 40,5%. Já na área rural paulista, a proporção de jovens trabalhadores apenas acompanhou o crescimento da população (74%), e em Pernambuco até decaiu (81,7% para 78,8%);
- isolar entre os adolescentes aqueles que acabam de completar 18 anos – limite da maioridade legal para o trabalho – foi muito interessante por mostrar claramente o aumento de sua disponibilidade para o trabalho. É preciso lembrar entretanto que entre 17 e 18 anos é muito difícil conseguir emprego. Em virtude de disposições legais, as empresas recusam rapazes nesta idade, em razão do alistamento militar. Os jovens gozam de uma série de vantagens trabalhistas e os patrões preferem não arcar com os ônus desta legislação protecionista;
- os jovens do sexo masculino, grosso modo, seguiram as tendências dos homens adultos, permanecendo os indicadores de participação no mercado de trabalho praticamente estáveis, no Brasil como um todo e nas diferentes regiões. A participação destas categorias etárias no contingente total de trabalha-

dores reforça algumas das conclusões que questionam a crença, extrapolada da experiência dos países desenvolvidos, de uma tendência sistematicamente decrescente da participação de crianças, adolescentes e jovens na força de trabalho, no ritmo e na intensidade da evolução do processo de desenvolvimento.

Houve, ao longo desta década, tomando o país como um todo, uma tendência do declínio percentual de participação de crianças e adolescentes na PEA total, sendo a queda menos acentuada entre o último grupo e mantendo-se praticamente estável entre os jovens (Tabela 2). Contudo, tomando separadamente a população rural e urbana, verifica-se na primeira uma tendência de decréscimo ou estabilidade na participação de crianças (passa de 8,2% para 8,5%), adolescentes (9,2% para 9,5%) e jovens (14,8% para 14,4%). Já na área urbana, eleva-se a participação, qualquer que seja a faixa considerada. Crianças passam de 1,8% para 2,6%, adolescentes de 5,4% e 6,7% e jovens 15,5% para 17,3%.

Para entender as tendências entre crianças, adolescentes e jovens do sexo feminino, é preciso levar em conta inicialmente que a situação entre as mulheres é bem diversa, como demonstra o Gráfico 1 no qual se visualizam as taxas masculinas e femininas, segundo a idade. Enquanto a curva masculina declina apenas quando o avanço da idade sugere a aproximação da aposentadoria, as taxas femininas de participação costumam declinar após os 25 anos, como efeito possível do casamento e da maternidade. Ao contrário do que ocorre em países mais adiantados, no Brasil não há volta da mulher às atividades econômicas, após o crescimento dos filhos.

O gráfico chama a atenção para o fato de que as taxas de participação feminina são sistematicamente superiores na faixa dos 20 a 24 anos, declinando logo a seguir. Este padrão é válido para o país e para a zona urbana, alterando-se contudo no campo brasileiro. Tais diferenças refletem tanto a estrutura do emprego disponível para as mulheres em cada região, quanto as possibilidades que elas têm de atender ao mercado, em virtude de suas responsabilidades na esfera reprodutiva. A estrutura mais formalizada dos setores econômicos não agrícolas, nos quais predominam relações de trabalho, com jornadas regulares de trabalho e nítida separação entre o espaço familiar e o produtivo, dificulta a conciliação entre as múltiplas atividades femininas, provocando um declínio em suas taxas, quando se acumulam as funções reprodutivas. Por outro lado, o mercado de trabalho é mais favorável a jovens e solteiras, em parte também devido a preconceitos e valores dos empregadores. No campo, o perfil etário da participação feminina é mais irregular, sugerindo que a natureza do trabalho aí realizado permite maior conciliação entre as inúmeras responsabilidades femininas. Não são poucas as pesquisas que revelam a concomitância de atividades produtivas e reprodutivas que a mulher executa em casa, no ter-

² No Brasil, a maioridade é diferente de acordo com diversos dispositivos legais, assim aos 18 anos atinge-se a maioridade na legislação eleitoral e trabalhista embora a maioridade civil seja alcançada apenas aos 21 anos.

reiro, no pequeno roçado. E esta mesma simultaneidade de ocupações que leva a mulher muitas vezes a se declarar como não trabalhadora, provocando uma subestimação nos dados, como comentamos com mais detalhes mais adiante (Bruschini, 1985).

Inicialmente, é preciso destacar que os dados da Tabela 1 mostram que no correr dos anos 70, a taxa de participação feminina cresceu substancialmente, passando de 1/3 em 1970 para 1/4 em 1980, enquanto que a taxa de crescimento entre os homens foi bem menor. Detendo-nos agora na relação sexo/idade podemos concluir o seguinte:

- entre as crianças as diferenças sexuais mais marcantes ocorrem exatamente nas áreas rurais. As meninas participam em ambas as regiões, em torno de 3 vezes menos que os meninos;
- se mais da metade dos adolescentes brasileiros do sexo masculino já trabalhavam, a proporção de adolescentes do sexo feminino que trabalha não chega a um quarto (21,4% em 70 e 27,4% em 80). No caso das adolescentes do sexo feminino, a distância entre o pólo desenvolvido e o subdesenvolvimento são enormes. Em São Paulo quase 40% dos adolescentes estavam em alguma tarefa remunerada enquanto que em Pernambuco a proporção não chegava a 20% (18,8%). Ao longo da década de 80, esta distância entre os dois pólos tende a se acentuar consideravelmente. De tal forma que em 1980, 43,4% de adolescentes do sexo feminino já trabalhavam na zona urbana paulista contra apenas 19,8% na área pernambucana. Entre os jovens, mantêm-se as diferenças rural/urbano; pólo desenvolvido/pólo subdesenvolvido;
- se as taxas de participação de jovens do sexo masculino permaneceram estáveis ao longo dos anos 70, o mesmo não ocorreu com os jovens do sexo feminino que aumentaram sua participação no mercado de trabalho em geral, tanto no mercado urbano, quanto no rural.

Voltando-nos para as tendências da evolução da participação destas categorias no contingente total de trabalhadores (Tabela 2), as conclusões reforçam o que foi constatado com relação aos homens: nas áreas urbanas e mais desenvolvidas a força de trabalho tornou-se mais jovem e mais feminina. Enfim, os dados mostram que o dinamismo da economia industrial em franca expansão nos anos 70 incorporou de forma acelerada sobretudo jovens adolescentes de ambos os sexos e mulheres casadas, já que durante o mesmo período a força de trabalho masculina cresceu muito lentamente.

Para que se tenha um quadro mais preciso dos fatores responsáveis por este aumento percentual de trabalhadores jovens e mulheres adultas é preciso considerar dois desdobramentos do modelo econômico que se instalou no país na última década. Um deles seria responsável por uma espécie de aumento "artificial" de trabalhadores. O segundo, pelo aumento "real" de trabalhadores.

No primeiro caso trata-se da monetarização das relações de trabalho, tornando-se o assalariamento a forma mais comum, amplamente hegemônica de ocupação tanto no campo como na cidade. O desenvolvimento do mercado nacional, conjuntamente com uma maior divisão social do trabalho no Brasil, vem

eliminando paulatinamente as possibilidades de produção para a auto-subsistência ou para a comunidade local, levando compulsoriamente o trabalhador às atividades remuneradas como forma de sobrevivência. Portanto, ao longo da década houve um grande aumento dos níveis de assalariamento e monetarização das rendas recebidas.

Como é sabido, o trabalho não remunerado tende a ser subestimado nos recenseamentos, sobretudo nos Censos Demográficos. Em geral comparando dados da população economicamente ativa no setor agrícola pelos Censos Demográficos e Agropecuários na mesma data (Tabela 3), verifica-se o que o número de trabalhadores é muito superior segundo esta última fonte. A subestimação se revela ainda mais aguda se se considerar que o Censo Agropecuário se refere às pessoas de mais de 14 anos, enquanto o limite etário inferior do Censo Demográfico é de 10 anos. Comparando as diferenças entre os sexos, constata-se que a subenumeração de mulheres é muito mais acentuada do que a masculina. Neste sentido, a elevação das taxas de atividade de crianças, jovens e mulheres na área rural deve significar "em parte" apenas a monetarização das relações de trabalho. Cabe lembrar também, que neste aspecto a evolução de 70 para 80 se deu em uma direção positiva.

Os dados mostram (Tabela 4) claramente que entre 1970-80 cai em quatro pontos de porcentagem (16,7% para 12,6%) a proporção de homens que estavam na força de trabalho brasileira e não percebiam a contrapartida manetária para o mesmo. Entre as mulheres a queda é ainda maior (47,2% para 38,9%). Como a proporção de não-remunerados tende a se concentrar na população trabalhadora infantil e jovem, são nestes setores que as quedas foram mais acentuadas. Entre os homens as quedas deram-se no Brasil como um todo nas seguintes proporções: 70,2% para 56,1% entre as crianças; 42,5% para 33,6% entre os adolescentes e de 20,6% para 17,9% entre os jovens. Considerando as diferentes categorias etárias de mulheres, as quedas foram ainda mais significativas: de 76,7% para 59,8% entre as crianças; 63,1% para 49,1% entre adolescentes e 54,0% para 41,9% entre os jovens.

Naturalmente em São Paulo, onde a destruição das antigas formas de produção se deu pela atuação de um capitalismo muito mais vigoroso a diminuição da proporção de trabalhadores não-remunerados também foi mais acentuada, como atestam os resultados comparados dos recenseamentos de 70 e 80. Para a população masculina, as porcentagens evoluíram de 50,9% para 29,2% entre as crianças; 31,4% para 20,4% entre os adolescentes e de 18,2% para 12,8% entre jovens. No caso das mulheres, de 48,8% para 26,3%, 36,9% para 20,5%, e 35,6% para 17,9% respectivamente. Já em Pernambuco, os pontos percentuais perdidos são muito menores. Para os homens de 62,3% para 52,0%; 34,1% para 29,6% e 14,7% para 11,3% e para mulheres, 71,4% para 64,6%; 56,9% para 53,9%; de 47,2% para 44,6%. Com a mesma força que cai a proporção de não-remunerados sobre a de empregados.

No setor urbano da economia, se a participação dos trabalhadores não remunerados era pouco representativa em 1970, praticamente inexistente em 1980. Em entrevistas na pesquisa de campo, pudemos constatar

que inclusive os trabalhadores familiares, ou seja, crianças filhos de pequenos comerciantes, feirantes etc. exigiam pagamento pela colaboração, seja de forma constante, seja de forma esporádica.

Embora seja interessante ter presente a existência de um aumento "artificial" nos níveis de participação dos chamados trabalhadores secundários, certamente o aumento "real" foi muito significativo. A base dele está no dinamismo da economia industrial em franca expansão no correr dos anos 70, experiência diferente da América Latina como um todo, cuja explicação mais aceita é a seguinte: "contrariamente à experiência de muitos outros países, o crescimento da economia brasileira não se deteve depois da primeira crise do petróleo de 1973. Embora tenha havido uma considerável diminuição nos ritmos de expansão, sobretudo se comparados às taxas de crescimento industrial de 15 a 20% da época do "milagre econômico", a política governamental de aumento da dívida externa, a fim de financiar grandes projetos industriais e de desenvolvimento, permitiu que o crescimento industrial se mantivesse até o final da década. As dificuldades passaram a se avolumar a partir da segunda crise do petróleo de 1979, quando o governo passou a adotar uma política "ortodoxa" de restrição de crédito e das despesas públicas, para enfrentar os problemas de inflação e de balança de pagamento (Humphrey e Hirata, 1984, p.92).

Se é verdade que a dinâmica da indústria e dos serviços criou centenas de milhares de novos empregos inseridos nos setores dinâmicos, é verdade também que não absorveu completamente o grande excedente de força de trabalho expulsa das regiões rurais. Este expediente engrossa, a cada dia, o contingente de subempregados atrelados aos serviços de consumo pessoal e do pequeno comércio, às pequenas atividades manufatureiras e de reparo, com baixa produtividade e aos setores não monopolistas da construção civil (Tabelas 5,6 e 7).

Um conjunto de indicadores nos mostra que os jovens inseriam-se nas duas modalidades de empregos gerados nesse processo, o que contesta também uma outra idéia recorrente, a de um processo contínuo e sistemático de utilização do trabalho infanto-juvenil pari passo ao desenvolvimento econômico, como sendo uma participação limitada às chamadas subocupações do setor informal (Oliveira, 1976).

Tomando por base a evolução da estrutura da distribuição do emprego por setores da economia entre 70-80, nota-se de imediato, a presença de um fator que atuou fortemente na recolocação de todos os trabalhadores, independentes de sexo, idade e local de moradia: a perda de importância do setor primário na absorção da mão-de-obra. Tal perda generalizada reflete, na verdade, o intenso processo de urbanização que o país viveu nesta década. De fato, apesar de todas as tentativas de fixar o homem no campo, o Brasil, no final dos anos 80, define-se como um país sobretudo urbano.

A transferência da população do campo para a cidade decorre de uma série conjugada de fatores: "o fechamento de terra nas regiões de fronteiras agrícolas ainda em expansão impediu a ocupação mais intensa dessas áreas, ao mesmo tempo que expulsou os resquícios das populações voltadas para o autocon-

sumo e a subsistência. Paralelamente, a concentração da propriedade fundiária e a modernização no campo, tanto nas lavouras destinadas ao mercado interno como ao externo, favoreceram grandes deslocamentos humanos para as cidades" (Medici, 1983, p. 2). Este é um processo contínuo que vem ocorrendo desde a década de 50, mas que atinge seu apogeu na década de 70. No Brasil, neste período, as modificações nas relações de trabalho no campo foram tão intensas, que exigiram uma reorganização das próprias categorias do Censo. A contrapartida desta queda substantiva da população inserida no Setor Agrícola é a expansão relativa da PEA ocupada no Secundário e no Terciário.

Além desta tendência mais geral, que atinge a população trabalhadora no seu conjunto, existem os dois cortes que devem ser feitos. Um bem nítido, que deixa à mostra as distintas oportunidades que são oferecidas a homens e mulheres, e outro, menos nítido, que diferencia oportunidades por categorias etárias.

Assim, no país como um todo, entre os homens, após a perda relativa de 13 pontos percentuais de trabalhadores do campo transcorrida ao longo dos anos 70, a população trabalhadora masculina distribuiu-se entre os 3 setores, de forma muito equilibrada em torno de 30%. Já em São Paulo, a representatividade do setor agrícola é muito menor (13,8%), sendo que a força de trabalho restante divide-se em proporções muito próximas, sempre em torno de 40%, sendo que a percentagem dos inseridos no setor secundário é mais significativa. Bem diversa é a situação de Pernambuco, que é o representante da parcela mais penalizada do modelo de desenvolvimento imposto, o Nordeste. Nesta área, é exatamente na agricultura que se concentra quase metade da PEA, sendo o Terciário o setor que se segue. As diferenças ficam ainda mais gritantes nas informações em que os trabalhadores dos diferentes setores aparecem discriminados segundo sua posição na ocupação. Em ambos os setores (Secundário e Terciário) a proporção de trabalhadores autônomos (que engloba desde profissionais liberais até vendedores ambulantes) é muito maior neste estado representativo do Nordeste.

Assim, se é verdade que acentua-se substancialmente no Brasil a dicotomia urbano/industrial, acentua-se mais ainda a distância Nordeste/Sudeste.

É fato amplamente conhecido que foram condições históricas concretas que plasmaram um quadro distinto de configuração dos níveis e padrões de desenvolvimento das diferentes regiões do país. Já em 1940 as diferenças regionais estavam marcadas. Elas foram ampliando-se na medida em que o avanço da produção capitalista se fazia acompanhar pela especificação regional que lhe era mais vantajosa, isto é, pólos dinâmicos que passaram a se beneficiar de crescentes economias de aglomeração. A concentração dos benefícios passou a ser cada vez maior na região Sudeste, especialmente em São Paulo, já no Nordeste, na outra ponta, ficam à mostra, sem maiores disfarces, as malformações do desenvolvimento brasileiro.

De qualquer forma, em ambos os pólos, nas reacomodações entre os setores, ocorridas ao longo dos anos 70, crianças, mas sobretudo adolescentes e jovens inseriam-se com primazia no setor secundário da economia, e dentro deste setor preferencialmente en-

tre os empregados. Em São Paulo, as crianças passavam de 17,6% em 70 para 27,4% em 80; os adolescentes de 32,0% para 45,2% e os jovens de 40,0% para 51%. Em Pernambuco a tendência foi também de crescimento percentual significativo, da seguinte forma: de 2,8% para 6,9%, de 10,5% para 20,6% e de 18,7% para 30,7%.

Spindel (1985, p. 10), analisando só trabalhadores adolescentes registrados conclui "quando os cálculos são feitos com base nos dados da Lei dos 2/3, e da Rais, ou seja, apenas para menores registrados, revela um dinamismo muito mais intenso. No segmento mais capitalizado, a incorporação de menores, nos últimos 10 anos, deu-se em ritmo mais acelerado do que no mercado de trabalho como um todo. A taxa de crescimento de empregos para menores na faixa de 12 e 17 anos completos foi da ordem de 250,0%. Assim, poder-se-ia concluir que além do 'rejuvenescimento' do trabalho urbano, houve também uma 'formalização' do mesmo"

A grande novidade dos anos 70 portanto, não foi simplesmente a elevação das taxas da população ativa de mulheres casadas e jovens de ambos os sexos, mas foi também a "formalização" do emprego feminino nestes setores. Um exame mais detido da estrutura de emprego no decorrer dos últimos 30 anos mostra que o setor de prestação de serviços (que inclui atividades sociais, a maioria professoras e prestação de serviços – empregadas domésticas) perdeu importância e seu peso na criação de empregos femininos caiu de mais de 50%, a menos de 30% nos anos 70. A contribuição de atividades sociais na criação de empregos também decresceu nos anos 70, ao mesmo tempo que houve um acréscimo significativo da ocupação feminina no comércio e nas indústrias de transformação.

Esta tendência foi ainda mais notável em São Paulo. Fica bem claro que, no caso das mulheres, todos os setores de atividade urbana cresceram mais do que a média geral, com exceção justamente do setor de serviços. Naqueles setores significativos em termos de absorção de mão-de-obra feminina, o aumento mais significativo ocorreu exatamente nas indústrias de transformação. Os aumentos mais importantes ocorreram nos setores de vestuário, calçados, tecidos, material elétrico, produtos alimentícios, produtos de matérias plásticas e metalúrgicas.

Embora tivesse havido também um aumento das mulheres empregadas em tarefas de escritório, Hirata e Humphrey (1984) mostram que aquelas empregadas nos estabelecimentos industriais de São Paulo não se encontravam, em sua maioria, confinadas aos trabalhos de escritórios. Ao contrário, embora as mulheres constituíssem 29,4% do total nos estabelecimentos de mais de 50 empregados, elas ocupavam apenas 28,9% dos postos administrativos. Raramente elas se encontravam em ocupações técnicas ou fazendo trabalho manual qualificado (exceto como costureiras e orveloquistas nas indústrias têxteis e de modéstria), mas se encontravam, em um grande número, em ocupações semiqualficadas. As mulheres constituíam 38,8% da força de trabalho semiqualficada na indústria paulista e três em cada quatro do total de mulheres empregadas estavam de uma maneira ou de outra ligadas a ocupações manuais de produção. Os autores sugerem ainda, no mesmo trabalho, baseados

em algumas evidências, que as vagas na indústria foram destinadas a mulheres muito jovens. Assim, já em 1970, a força de trabalho na indústria era muito jovem, particularmente no Estado de São Paulo, na última década. As taxas de atividades para mulheres jovens também cresceram significativamente, além disso há claros indícios de que houve um deslocamento de mulheres jovens do setor serviços para ocupações na indústria, enquanto mulheres mais velhas, casadas, passaram a trabalhar como diaristas.

A preferência dos empregadores por mulheres jovens certamente encontra alguma justificativa no processo de socialização destinado à mulher. Em outros termos, deve pesar a crença generalizada de que entre as mulheres jovens há o hábito de obediência a normas e padrões de comportamento, características que certamente interessam ao empregador. Mas é preciso considerar também que na indústria moderna, onde o processo de trabalho se torna cada vez mais monótono e rotineiro, os fatores de natureza comportamental, antes ponderados apenas sob o ponto de vista da obediência e manutenção da ordem, ganham agora um novo uso – passam a ser valorizados diretamente no processo de produção, como variáveis importantes no bom relacionamento entre o trabalhador e a máquina.

Como chama a atenção Spindel, "o que os empregados chamam de 'prática' ou 'experiência' no trabalho de meninas e jovens é muitas vezes o chamado 'saber doméstico'. A costura na indústria do vestuário ou as habilidades de bordadeiras ou tricoteiras, que fornecem um 'grau' de prontidão muito valorizado na indústria eletro-eletrônica, não só pela destreza manual que desenvolvem como pela prática de memorizar os entrelaçados das passagens de fios nos processos de montagem" (1985, p. 19).

De imediato estes dados nos mostram que é extremamente limitado tentar compreender a problemática da criança ou do jovem trabalhador através da ótica mais recorrente que concentra tradicionalmente as atenções nos aspectos aparentes de marginalidade e pobreza. É preciso recuperar analiticamente o trabalho da criança e do adolescente (como se fez com o trabalho da mulher) como parte integrante e estrutural do processo social de produção.

O salário

Em todos os setores da economia diminuiu, ao longo da década, a proporção de indivíduos que percebem menos do que um salário mínimo. Alguns estudos, ainda que preliminares, alertam para que não se extraia desta constatação considerações otimistas acerca de uma pretensa melhoria nos padrões de distribuição de renda no Brasil (Medici, 1983). O que indicam estes estudos é que ao longo da década de 70 não houve um movimento de desconcentração de rendimentos, mas sim um movimento menos intenso que o ocorrido na década anterior. Além do mais, um aumento do salário mínimo pode não significar uma melhoria na qualidade de vida. Antes de mais nada, porque neste período ocorreu efetivamente uma queda no valor real do salário. Por outro lado, a qualidade de vida, por um determinado salário, vai depender

muito da área em que a família vive – rural, urbana, metropolitana etc.

Infelizmente não foi possível obter dados isolados para áreas urbanas e rurais, já que sabemos que apresentam diferenças substanciais. Mesmo assim decidimos abordar o item salário, pois, é a forma mais concreta de avaliar os resultados das condições de trabalho em geral e de crianças, adolescentes e jovens em especial.

Ao longo dos últimos dez anos permaneceram absolutamente majoritários na população os contingentes de baixa remuneração. Nada menos do que 64% de brasileiros recebiam até 2 salários mínimos. Neste caso, fatores de mudanças estruturais podem estar interferindo na distribuição da renda. Assim, a já referida eliminação parcial da PEA que não recebia remuneração por seu trabalho, e que agora tem seu trabalho ridiculamente remunerado, certamente tem seu peso neste processo. Além disso, o crescimento da proporção de jovens e mulheres na PEA, sabidamente pior remunerados, pode estar inchando a base da pirâmide salarial individual, ao mesmo tempo que diminui a base da pirâmide de distribuição da renda familiar.

Não é aqui o lugar apropriado para discussão exaustiva dos interesses da manutenção desta hierarquia salarial com relação à mulher. Basta lembrar alguns fatores conhecidos que certamente concorrem para isto: o menor acesso da mulher a cargos de chefia e supervisão, o estreito leque de oportunidades ocupacionais que lhe são oferecidas, seu menor poder reivindicativo, consequência direta de um processo de socialização que visa fazer das mulheres seres dóceis e submissos, a menor tradição político-sindical das atividades terciárias nas quais elas se concentram, em comparação com as da indústria de transformação.

Quanto ao trabalho de jovens, a justificativa de menores salários baseia-se no pressuposto, socialmente aceito, de que o produto do trabalho do jovem é menos importante para a família de que o dos homens, assim como o da jovem é menos importante do que o da mulher, universalizando um padrão de tipo de família, de divisão sexual e etária de trabalho e de contribuição ao orçamento familiar que nem sempre retrata a realidade. E neste ponto vale a pena deixar uma questão ainda que não se possa avançar além da sua simples colocação. Até que ponto na manutenção dos baixos salários no Brasil não pesou a possibilidade de inserção de outros membros da família no mercado de trabalho? Afinal, por este processo a cesta de consumo pode se manter equilibrada ou até melhorada, apesar dos baixos salários. De qualquer forma, imensas diferenças salariais são a manifestação mais concreta e gritante das relações de dominação/exploração contidas nas polarizações homem/mulher, adulto/jovem, pólo desenvolvido/pólo subdesenvolvido, como fica claro nas Tabelas 8 e 9.

Não resta a menor dúvida que a relação de dominação/exploração mais chocante é a que se estabelece entre Nordeste/Sudeste. Mais da metade da PEA masculina do Nordeste percebe menos do que um salário mínimo. Este valor sobe para 76,6% entre as mulheres, estabelecendo-se entre os sexos portanto, uma diferença de 22,6%.

Comparativamente, a situação de São Paulo é

substancialmente melhor. Entre os homens 13,6% percebiam até um salário mínimo. Este valor sobe para 35% no caso das mulheres, mas a diferença percentual entre os sexos permanece inalterada.

Tais desníveis de proporções salariais, praticamente repetem-se em cada uma das regiões, em diferentes faixas etárias. E, tentando resumir o conjunto de resultados poderíamos dizer que os adolescentes recebem o dobro do salário das crianças, e os jovens o dobro dos adolescentes. Também é justo concluir que, genericamente o salário das mulheres tende a ser metade dos homens.

Um dos argumentos mais recorrentes na justificativa das diferenças salariais tem sido o número de horas trabalhadas. As mulheres e os jovens supõe-se, trabalham um período de tempo menor, justificando portanto salários menores.

Nas Tabelas 10 e 11 relacionamos salários medianos, faixa etária e horas trabalhadas. Fica então bastante clara e patente a inverdade contida neste argumento.

Os dados são novamente assustadores. A maioria dos que trabalham, independente do sexo e da idade, o fazem em período integral. De tal forma que, considerando somente aqueles que têm a jornada de trabalho completa, as defasagens salariais por região, sexo e idade não se alteram substancialmente. Isto significa que se tomarmos como indicador as horas trabalhadas, as crianças, os adolescentes e os jovens, em sua grande maioria não podem ser considerados subempregados. Entretanto, se o indicador foi o nível salarial, praticamente todas as crianças e todos adolescentes podem ser considerados subempregados. De fato, as crianças e os adolescentes continuam percebendo salários baixíssimos, concentrando-se em sua grande maioria em até 1 salário mínimo.

Em termos da comparação entre os sexos, as menores diferenças ocorrem na faixa dos adolescentes, indicando que o casamento, independente do número de horas trabalhadas, é um fator que interfere no nível salarial, provavelmente pelo tipo de trabalho que a mulher é compelida a aceitar.

Os jovens e a crise

Sobretudo a partir de 1978, após o choque provocado pela elevação dos juros internacionais e pelo novo salto nas cotações das matérias-primas importadas, principalmente o petróleo, desencadeia-se o período recessivo brasileiro, provocando uma retração na oferta de emprego na indústria, principalmente em São Paulo, para ambos os sexos. Hirata e Humphrey (1984) mostram como esse efeito se deu com maior intensidade na indústria de transformação e, dentro dela, no setor de bens de consumo durável, onde foram registradas quedas importantes no volume de emprego. "Nas montadoras de automóveis houve greves e mobilizações contra as demissões em massa em 1981, e o emprego global naquele ramo foi reduzido em mais de 20%. Em duas firmas de construção elétrica e numa de auto-peças de São Paulo, estudadas em 1982, a mão-de-obra horista foi reduzida em mais do que 50% na metade de 1981 e embora essas firmas tenham voltado a recontratar no final do ano,

permaneceram com um efetivo operário bem abaixo daquele do final de 1980."

Na época, várias reportagens mostravam como enfrentavam a crise os desempregados. "Depois de procurar trabalho durante algum tempo e não achar, o desempregado se vira como pode. E quando pode, inscreve-se legalmente como trabalhador por conta própria. Vira ambulante, vendendo pastéis, roupas, bugigangas em geral, monta sua barraca na feira ou nos centros da cidade" (Folha de São Paulo, 24.02.85, p. 36).

Este fato certamente explica duas tendências encontradas nos resultados de 1983 (Tabela 12). A primeira é a elevação dos percentuais de trabalhadores nos setores de comércio e serviços, onde se abrigam "bicos" e outras ocupações que não mantêm vínculos tipicamente capitalistas com o mercado de trabalho, às quais o trabalhador recorre para enfrentar o desemprego. De fato, dados da PNAD mostram que o número de trabalhadores por conta própria ou autônomos passou de 9 milhões em 1976 para quase 11 milhões em 1983 e que no Estado de São Paulo o número de autônomos aumentou 51,2% no mesmo período, numa velocidade duas vezes maior do que em todo país. O que mostra que na crise, quando se torna necessário o apelo ao trabalho informal, é mais fácil encontrá-lo no pólo mais desenvolvido do país. Como não há dados sobre posição na ocupação desagregados por sexo e idade para 1983, não é possível verificar se esse fenômeno ocorreu mais intensamente no caso de crianças, adolescentes e jovens e das trabalhadoras.

Na verdade, os efeitos diferenciados da crise econômica sobre ambos os sexos e diferentes faixas etárias ainda não estão suficientemente esclarecidos.

Há os que acreditam que as próprias condições discriminatórias nas quais se processa a incorporação de mulheres e de jovens na força de trabalho podem, de certa forma, atuar como mecanismos de defesa a seu favor. É o caso de Hirata e Humphrey (1984) que defendem a posição de que a própria divisão sexual do trabalho pode, até certo ponto, proteger as mulheres jovens ou não contra os efeitos da crise econômica: "a concentração das mulheres em certos setores da atividade econômica e em ocupações predominantemente femininas limitaria a possibilidade de discriminação, não havendo condições de efetuar uma substituição direta de mulheres por homens" (p. 103). Por sua vez Spindel, que entrevistou adolescentes inseridos no setor formal da economia (inclusive alguns que trabalhavam nos setores que mais foram afetados pela crise), argumenta que o simples fato dos jovens permanecerem nos seus postos, apesar da maciça demissão que ocorria no período da pesquisa, permite deduzir que eles sejam portadores de "credenciais" altamente valorizadas no mercado. Por outro lado, são ainda Humphrey e Hirata que encontram junto a empresas justificativas para priorizar a dispensa de mulheres e adolescentes que não seriam contribuintes fundamentais para o orçamento doméstico.

Intermitência, um conceito mais próximo do jovem do que desemprego ou inatividade

As características do desemprego jovem no Bra-

sil são muito parecidas com o restante da América Latina.

Assim, as taxas de desemprego aberto são tradicionalmente muito baixas. Sabe-se, entretanto, que as informações expressas nestes indicadores pouco tem a ver com a real disponibilidade ou desejabilidade do exercício de uma atividade remunerada constante entre a população jovem brasileira. É que a grande maioria dos jovens encontram-se numa situação de desemprego mascarado, oculto, seja pela realização de trabalhos precários, comumente conhecidos como "bicos", seja na forma de desempregados desalentados, neste caso entre aqueles que deixaram de procurar trabalho em função do desistímulo do mercado de trabalho.

Por outro lado, sabe-se também que o desemprego dos jovens chega a atingir valores altíssimos, em geral mais da metade dos desocupados totais, quando se ampliam as possibilidades concretas de conseguir trabalho, como ocorreu no Brasil na última década.

Mesmo neste caso no entanto, é necessário a utilização de uma metodologia apropriada.

É o que se fez por exemplo no caso da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo realizada pelo SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) que define como desempregado o indivíduo que se encontra em uma das seguintes situações:

- desemprego aberto: procurou efetivamente trabalhos nos últimos 30 dias anteriores ao dia da entrevista e não exerceu nenhuma outra ocupação nos últimos 7 dias;
- desemprego oculto pelo trabalho precário: realiza, de forma singular algum trabalho remunerado ou não remunerado de ajuda em negócios de parentes, e encontra-se numa situação de procura de trabalho;
- desemprego oculto pelo desalento: não possui nenhum trabalho, não procurou nos últimos trinta dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, havendo, entretanto procurado anteriormente até o máximo de 1 ano atrás.

Os resultados para outubro a dezembro de 1984 foram os seguintes:

Tabela 13
Taxa de desemprego

	TOTAL	ABERTO	OCULTO
Sexo:			
Feminino	15,5	10,1	5,4
Masculino	10,4	5,6	4,8
Idade:			
10-14	39,7	24,0	13,0
15-17	34,8	22,3	
18-24	16,2	10,4	5,9
25-39	8,2	4,5	3,8
40 e +	6,0	2,9	3,1

Fonte: DIEESE - Outubro a Dezembro de 1984.

Os dados mostram que o desemprego, tanto aberto como oculto é particularmente agudo entre os jovens. Cabe destacar ainda que não se trata somente de desemprego de criança ou adolescente; mesmo entre jovens entre 20 e 24 anos o desemprego atinge índices altíssimos, quase a metade do desemprego infantil ou adolescente.

Embora os dados não estejam separados por idade e sexo, como o desemprego atinge mais as mulheres que os homens, é possível inferir que o desemprego afeta particularmente a mulher jovem. Esta constatação entretanto, não deve ser encarada só com pessimismo. O simples fato das jovens assumirem abertamente a necessidade de trabalhar significa que abriu-se efetivamente oportunidade de empregos para jovens e que elas estão dispostas a trabalhar. Deixaram portanto de fazer parte da categoria de desempregadas ocultas.

Em outra pesquisa, constatou-se que entre os setores populares da Área Metropolitana de São Paulo (Madeira, 1983), o simples fato de completar 15 anos coloca o jovem em disponibilidade e intensa desejabilidade para o trabalho, seja da sua perspectiva seja da perspectiva da família. Nesta mesma pesquisa, a utilização de uma técnica complementar de natureza qualitativa, com um pequeno grupo, revelou aspectos interessantes para entender este alto padrão de desemprego jovem. Tratava-se de jovens que estavam concluindo o 2º grau, mas cujas famílias percebiam salários até 5 salários mínimos de renda familiar, sendo possível portanto falar-se em população pobre. Naquela ocasião praticamente todos declaravam-se desempregados, não porque fosse difícil encontrar emprego, mas sim porque era difícil encontrar o emprego que correspondesse às suas expectativas. No caso das jovens, por exemplo, se a opção de trabalho fosse o trabalho doméstico, de longe, o arranjo preferido – tanto da perspectiva da família como da perspectiva do jovem – seria o trabalho da mãe (em geral de diarista ou em firmas de limpeza) e a filha a substituindo no trabalho doméstico.

O mais interessante foi constatar uma enorme intermitência nas atividades destes jovens. Embora não tenhamos condições de generalizar esta afirmação, ela provavelmente reflete o comportamento de um número considerável de jovens. Com uma frequência enorme, sobretudo crianças e adolescentes passavam da dupla atividade escola/trabalho, para uma única atividade – escola ou trabalho ou para a inatividade total.

Essa alta rotatividade dos jovens pelas diferentes categorias não significa necessariamente que a natureza de trabalho do jovem fosse instável. Ao contrário, frequentemente a atividade em si era bastante formalizada, só que encarada como algo transitório, às vezes com a finalidade única de adquirir uma determinada mercadoria – bicicleta, aparelho de som etc. Alguns jovens, perpassavam tanto e tão rapidamente de uma para outra situação, que a impressão que deixavam é que qualquer categoria – a dupla ocupação, estudante ou trabalhador, inativo – se adaptaria a ele, sendo apenas uma questão de tempo.

Tal inconstância certamente reflete a sua posição de apenas relativa responsabilidade. De qualquer forma deixa uma questão. Será que a rigidez das catego-

rias atividade/inatividade ou ocupação/desocupação se presta para definir a situação específica da criança ou adolescente? Mais importante que as categorias (que pela sua própria natureza são estáticas) são as inferências que se fazem a partir delas. Assim o problema da droga e da delinqüência acham-se frequentemente associadas à inatividade. Coerente com a extrema permeabilidade de uma para outra situação, encontramos jovens e até crianças vinculadas ao consumo ou às cadeias de droga, tanto entre aqueles “integrados em uma atividade” como entre aqueles que passaram recentemente por um período de inatividade.

A ESCOLA, UMA ATIVIDADE PARA POUCOS JOVENS

O estado do sistema educacional brasileiro não é condizente com o nível de crescimento, e modernização dos setores básicos da economia que levaram o país a uma posição de relativo destaque na periferia do sistema capitalista. De fato, encarada exclusivamente do ponto de vista dos indicadores relativos à educação, a situação social do Brasil é crítica. É efetivamente doloroso constatar pela Tabela 14, a proporção de crianças, adolescentes e jovens que permanecem ainda sem instrução.

A dimensão do descalabro com relação aos níveis de analfabetismo pode ser melhor avaliada se situarmos o Brasil no contexto latino-americano, onde a sua posição é a pior possível.

Tabela 15
América Latina (seis países): percentagem de analfabetismo dos jovens de 15 a 24 anos, 1980

PAÍSES	TOTAL DE ANALFABETOS	%
Argentina	85.559	1,9
Brasil	3.917.520	15,7
Chile	43.065	1,8
México	905.091	6,5
Panamá	17.106	4,7
Peru	217.524	6,3

Fonte: UNESCO, 1984, p. 11, Quadro 3.

Detendo-se na última década verificamos que a distância entre as declarações de intenção manifestas em planos e a realidade é enorme. O 1º Plano Setorial de Educação e Cultura (1971-74) pretendia alcançar a erradicação do analfabetismo até o final do século e estabelecia como meta a redução da taxa de analfabetismo a 10% até o final da década de 70. Como instrumento para esse combate o plano previa recursos à expansão da escolaridade obrigatória, o aumento da oferta de vagas no ensino elementar e a criação de um organismo especializado na alfabetização de adultos.

Os dados constantes na Tabela 14 são testemunhos de que no final da década, apesar da redução dos índices de analfabetismo, é ainda razoável o contingente daqueles que permanecem sem instrução. O

progresso na erradicação do analfabetismo tem se mostrado portanto lento e as perspectivas de solução desfavoráveis, na medida em que o fenômeno não atinge apenas a população mais idosa – fato que se constituiria apenas no resquício de uma deficiência passada do sistema de ensino – mas afeta todas as idades, mesmo os jovens que estão sob influência do atual sistema de ensino. Ou seja, os percentuais indicam que o analfabetismo não vem sendo estancado na fonte.

Por outro lado, se for dado destaque ao grupo etário entre 15-24 anos, onde tradicionalmente se encontram os índices de escolarização mais altos, ainda assim persiste uma significativa proporção de analfabetos.

Na verdade, o fato que chama mais a atenção na tabela, são as enormes desigualdades regionais. Praticamente 50% dos analfabetos brasileiros que estão na faixa de 15-24 anos encontram-se na zona rural nordestina. Esse mesmo trabalho mostra que a distância entre as taxas de analfabetismo do Brasil urbano e rural permanecem grande. Tomando mais uma vez o grupo etário entre 15-24 anos, onde as taxas de escolarização tendem a ser as mais elevadas constatamos que para o período de 1976-82, nas cidades, o analfabetismo tende a se estabilizar em 7,5% para os homens e 6,5% para as mulheres, enquanto estes valores na zona rural fixaram-se em torno 30% para homens e 23% para mulheres.

Nos dois outros indicadores de fracasso escolar utilizados para a América Latina, evasão e repetência, infelizmente o Brasil também ocupa posição de destaque. Assim de 100 crianças que entraram em 1972 na 1ª série do 1º grau, apenas 8 conseguiram em 1983, matricular-se na 1ª série do curso superior. Por outro lado, calcula-se que as crianças brasileiras levam em média 12 anos para concluir o 1º grau cujo fluxo é de 8 anos (Tabela 16).

Apesar destes indicadores pessimistas, a tabela sugere claramente que ao longo da última década aumentou substancialmente a escolaridade das crianças e dos jovens brasileiros. Na verdade, o que está indicado com mais vigor nas Tabelas (17 e 18), é que o que aumentou em ritmo mais acelerado na última década foi a escolaridade da população jovem trabalhadora assim como a parcela que combina cotidianamente escola/trabalho.

Em outros termos, o que os dados estão evidenciando é que ao longo da década a escolaridade tornou-se uma credencial da maior importância, já que há uma clara tendência à que os níveis de escolaridade de crianças, adolescentes e jovens na PEA sejam mais elevados quando comparados com aqueles que estão fora da PEA. Esta constatação é particularmente verdadeira para São Paulo (Tabelas 17 e 18). O que é apenas sugerido nas tabelas, a nível macro, é reforçado no estudo cuja metodologia segue uma linha de cunho mais qualitativo e desenvolvida junto a setores populares da sociedade paulistana.

Assim, entrevistando jovens, entre 14-20 anos, moradores em áreas periféricas da capital paulista, constatou-se que para continuar até pelo menos a 8ª série, as famílias em seu conjunto e os adolescentes e jovens isoladamente faziam relatos de enormes sacrifícios, envolvendo não só desgaste físico-cotidiano –

poucas horas de sono, falta de tempo até para comer, etc – como o adiamento ou mesmo a desistência da compra de alguns bens de consumo.

O cumprimento do curso básico “pelo menos” (até completar o 1º grau) justifica também as frequentes voltas à escola, apesar das repetições ou interrupções pelos mais diferentes motivos.

Entretanto, o fato mesmo de trabalhar, de um contato mais íntimo com o mercado de trabalho, contribui para aumentar o esforço do jovem e da família de permanecer na escola. Não porque o conteúdo da escola seja importante para o desempenho de seu trabalho, mas porque fica cada vez mais claro para ele e sua família que, na medida em que o acesso ao sistema escolar é ampliado, elevam-se as exigências que são feitas para a admissão de trabalhadores nos vários setores da economia, como aliás será demonstrado em análise posterior. Alguns depoimentos revelaram que já na própria história de vida de cada um é perceptível o aumento dos pré-requisitos exigidos para uma mesma ocupação, ou para ocupações tidas tradicionalmente como pouco qualificadas.

O nível de escolaridade como credencial confirma-se e completa-se com depoimentos de empregadores. Spindel (1985), entrevistando empresários, constatou que nas grandes e médias empresas, mais do que nas pequenas, os empresários apontam a escolaridade como o fator mais importante na triagem dos adolescentes. Ao utilizar a escolaridade no processo de seleção, os empresários afirmaram não estar interessados no conhecimento formal ou específico obtido no sistema de ensino. As razões da escolha prendem-se mais ao processo de socialização, ou seja, “o hábito à obediência a certas normas, e padrões de comportamento mais ou menos homogêneos, que permitam ao empresário certa segurança na previsibilidade das reações deste menor ante as condições de disciplina e de trabalho impostas” (Spindel, 1985).

A visível transformação dos níveis educativos da população jovem trabalhadora brasileira já se manifesta entre as crianças. Para o conjunto do país, em 1970, 9,0% de crianças trabalhavam e já haviam ultrapassado as cinco séries iniciais. Em 1980, este valor sobe para 16,8%, sendo que a proporção dos que estão fora do mercado de trabalho permaneceu inalterada. Cai substancialmente entretanto, a proporção das crianças trabalhadoras sem instrução. Naturalmente, o efeito do incremento da expansão da assistência escolar é mais perceptível em São Paulo, onde nada menos de 32,5% de crianças que trabalhavam já haviam ultrapassado as quatro séries iniciais.

Entre os adolescentes, as diferenças são mais perceptíveis. Já se torna possível sentir os efeitos da extensão da escolaridade até o 2º grau, entre adolescentes trabalhadores.

A segunda tendência sugerida pelos dados macro – a combinação entre escola e trabalho – pode ser melhor explorada quando nos detemos na comparação entre as duas áreas selecionadas.

Tudo indica que a escolaridade obrigatória por lei parece ser uma conquista real dos setores populares apenas na metrópole paulistana, podendo mesmo ser qualificada no Brasil de hoje como um fenômeno paulista. E isto pode ser constatado por dois indicadores. Assim, é bem nítido que a proporção de jovens

e adolescentes que concluíram o curso básico é muito mais expressiva em São Paulo. Entre os homens, em 1980, este estágio foi atingido por 25,3% dos jovens, um quarto do total portanto, enquanto que em Pernambuco este valor estava em torno de 18,7%. O mesmo ocorreu entre as jovens do sexo feminino.

A verdade entretanto, é que a expansão da escolaridade para além das quatro primeiras séries, é um fenômeno bastante recente, próprio da década de 70, o que faz com que a população mais atingida seja os adolescentes.

Em 1970 apenas 21,3% dos adolescentes do sexo masculino que estavam no mercado de trabalho haviam ultrapassado o patamar das quatro primeiras séries. Dez anos depois este valor mais do que dobrou. Confirmando as análises do item anterior, esta tendência repete-se com uma força muito maior no caso das adolescentes do sexo feminino. Em 70, apenas 17,2% das adolescentes trabalharam e haviam ultrapassado o primeiro grau. Em 1980, este valor atinge 42,0%, muito próximo ao dos adolescentes do sexo masculino. Entre os adolescentes que não estavam inseridos na PEA, o crescimento, embora também significativo, foi de menor expressão.

Em Pernambuco, as tendências foram algo diferentes. Não só os níveis de instrução foram e continuam bem menores, como o ritmo de crescimento foi bem menos intenso. Em 1970, apenas 11,4% dos adolescentes do sexo masculino que trabalhavam possuíam um nível de escolaridade acima de 5 anos. Dez anos depois este valor ascendeu para 18,4%. Também no caso das adolescentes do sexo feminino, a tendência a inserção maior no mercado de trabalho não se verificou. Diferente do que ocorre em São Paulo é muito maior a proporção daqueles que ultrapassaram o 1º grau mas estão fora do mercado de trabalho.

Em resumo, São Paulo não só oferece mais oportunidades de trabalho para adolescentes de ambos os sexos, como oferece também maior oportunidade de extensão da escolaridade.

Por outro lado, como o atraso escolar é fenômeno bastante disseminado, não é difícil imaginar que uma parte significativa destes adolescentes combina escola e trabalho.

Também neste caso, o apelo à pesquisa de natureza qualitativa foi esclarecedor. E o que se constatou é que o trabalho não pode ser visto simplesmente como fator de expulsão do jovem do mercado de trabalho. Ao contrário, o mais freqüente na área metropolitana paulista é a complementariedade das atividades, ou seja, o trabalho propiciando a permanência na escola.

Assim é que, quando na referida pesquisa se procurou analisar os motivos que levaram os jovens a interromper seus estudos, aparecem muito mais dificuldades relativas ao acesso à vida escolar ou à sua própria estrutura que a necessidade de trabalhar – “a escola era longe”, “não tinha escola”, “não tinha vaga” – e principalmente por situações ligadas à própria estrutura do ensino, no que se refere à organização, conteúdo e à didática. Portanto, em geral, o jovem chega aos 15 anos bastante atrasado no seu nível de escolaridade, de tal forma que os cursos noturnos e supletivos constituem a resposta prática mais importante que o sistema de ensino vem dando ao fenôme-

no do jovem trabalhador que demanda mais escolaridade. Os dados são bastante elucidativos: a criação de curso noturno e supletivos constituem a garantia mais concreta da possibilidade de conciliação entre escola e trabalho e é por este processo que vem se dando a democratização da escolarização dos jovens. Quase metade dos jovens da cidade de São Paulo estudam após as 18 horas. Destes, nada mais que 80% estavam disponíveis para o trabalho, seja trabalhando, seja desempregado.

Reforçando estes dados, no discurso das famílias a possibilidade de estudar sempre apareceu altamente associada à possibilidade de trabalhar. A relação escola/trabalho estava presente nas declarações de forma tão imbricada, uma atividade tão na dependência da outra, que era difícil para o jovem e também para a família decidir sobre qual era mais importante, quando esta questão era colocada.

Algumas vezes, a renda do jovem não era suficiente para arcar com todas despesas escolares que eram então complementadas pela família. Já em outros casos, além de seu próprio sustento, e este incluía quase sempre a escola, o salário convertia-se também em uma contribuição para a renda familiar. Em qualquer uma das formas entretanto, o salário facilitava a permanência na escola.

A Tabela 19 apresenta medianas do rendimento em salários mínimos para diferentes níveis de escolaridade. O primeiro dado a destacar, é não só a clara relação positiva entre os níveis de anos de estudo e salários, mas a existência de patamares bastante nítidos, correspondentes a anos de estudo. Assim, em termos de salários, é bem marcada a passagem dos sem instrução para a instrução elementar, mas a passagem para além das quatro primeiras séries é bem mais difícil de discernir. As maiores diferenças salariais ocorrem na passagem do nível do 2º grau para o superior. De qualquer forma, estas diferenças são mais marcantes para a população toda do que para a população jovem e também mais significativas entre homens do que entre as mulheres.

Ao longo destes 10 anos, houve um aumento dos níveis salariais medidos em termos de salários mínimos medianos. Entretanto, o aumento ocorreu de forma mais efetiva nos níveis de escolaridade maiores, sobretudo a partir do nível secundário, o que aliás é outra forma de detectar o processo de concentração da renda ocorrido neste período.

As disparidades salariais entre homens e mulheres, e o fato de se acentuarem à medida que se caminha para níveis educacionais mais elevados é um fator já amplamente conhecido, mas continua causando certo espanto sempre que nos defrontamos com ele. Em 1980, entre os homens, a mediana de salários para o curso superior era quase 10 salários mínimos, entre as mulheres era 4 salários mínimos.

A FAMÍLIA E O JOVEM: ENTRE O CONFLITO E A SOLIDARIEDADE

É de se esperar que o conjunto das intensas mudanças, várias vezes assinaladas nos itens anteriores, atuem com enorme impacto no nível da organização familiar e no seu papel socializador. Assim, a moneta-

rização da economia, a possibilidade de inserção dos diferentes membros no mercado de trabalho, certamente rompe a antiga estrutura de poder centralizada no chefe. O poder do chefe é questionado também pela extensão da escolaridade dos filhos, já que é bastante freqüente que pais analfabetos convivam com filhos cuja escolaridade já atingiu o 2º grau.

No fundo, se colocam as seguintes questões: qual a capacidade dos pais de entender as novas concepções que emergiram na sociedade decorrentes de modelos diferentes de formação e organização da renda familiar? Qual a reação diante do trabalho da mulher, da nova imagem de maternidade a ela inerente? E quanto à filha, como reagem os pais diante do trabalho remunerado, da autonomia que ele promove, e até da generalização do uso de anticoncepcionais? Enfim, quais as novas formas de gestão e manifestação de autoridade no interior da família?

Muito pouco existe de sistematizado sobre esta questão, mas as grandes generalizações encontradas vão sempre no sentido de intuir a existência de um enorme conflito entre gerações, responsável em parte pelo crescimento da delinquência juvenil e a disseminação da droga entre jovens da América Latina.

É importante lembrar, entretanto, mesmo que este não seja o espaço para que se aprofunde a questão, que esta não tem sido a tônica que tem predominado nos estudos de família. Resgatada recentemente como objeto de estudo, sobretudo por duas linhas de preocupação acadêmica – estudos de estratégias de sobrevivência familiar de populações de “baixa renda” e por pesquisadores comprometidos com a problemática da “condição da mulher” – as análises acabaram por privilegiar na noção desta instituição aspectos de harmonia e solidariedade, tendo em vista um objetivo comum, conseguir o bem-estar familiar.

É verdade que o pressuposto da solidariedade e da harmonia já está sendo questionado mesmo nestas abordagens, mas não deixa de ser interessante assinalar que, quando a temática da família emerge via ótica do jovem, a dimensão do conflito é a que aflora de imediato e com todo vigor. Neste sentido, o conjunto de trabalhos realizados pela CEPAL com vistas ao Ano Internacional da Juventude é um exemplo vivo e claro desta conduta. Parece pois que a imagem de marca que o jovem desfruta na sociedade repercute fortemente nos trabalhos acadêmicos.

Em resumo, sabemos que conflito e solidariedade convivem nas famílias, mas tudo indica que dependendo do ator social que se tome como referencial cada uma destas dimensões tende a assumir um papel, um volume e uma natureza diferente. Mas o que nos interessa destacar aqui, é como através da combinação/contraponto destas duas dimensões, uma espécie mesmo de jogo de contraponto, se torna possível, às vezes, ao jovem elevar-se a níveis sociais acima do nível médio alcançado pelo seu grupo social de origem, e desta forma desfrutar mais intensamente de “identidade jovem”.

Segundo podemos perceber, tudo indica que este processo ocorre no Brasil com uma parcela da população dos chamados setores populares, sobretudo os paulistanos.

Para explicitar esta hipótese tomamos como ponto de partida ainda desta vez as combinações de

informação de três fontes: Censos Demográficos, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e o estudo de caso *Integração Trabalho/Escola da vida de jovens de setores populares paulistanos* (1984).

As tabelas que se seguem (20 e 21) ao fornecer dados sobre taxas de atividades de diferentes membros da família, segundo seu nível de rendimento, nos oferecem uma visão, ainda que muito grosseira, de como se organizam as estratégias de soma de rendimentos entre as famílias³.

É fácil verificar na tabela a relação inversa entre taxas de participação e nível de renda familiar, o que está absolutamente dentro do esperado. Mas paralelamente, verifica-se que há uma proporção significativa do adolescentes e jovens que trabalham em faixas cujo rendimento familiar é razoável. Este dado mostra como é falho o pressuposto de que é sobretudo a pobreza, a necessidade de manutenção de um padrão de vida mínimo que coloca os jovens, sobretudo adolescentes em busca de uma atividade remunerada. Levando em conta que existem jovens e adolescentes trabalhadores, em faixas de renda que propiciariam um consumo razoável, o mínimo que se teria de fazer seria mudar o termo estratégia de sobrevivência para estratégias familiares de estilo de vida. E neste sentido, ela deixaria de ser um fenômeno somente referido aos setores mais empobrecidos, para atingir todos os segmentos e grupos sociais.

Existe outro pressuposto que não é verdadeiro. Trata-se da noção de que a necessidade de trabalho é algo imposto pela família seja por problemas materiais objetivos, ou por ideologias e crenças no trabalho como “escola da vida”, ou como um processo importante de socialização do futuro trabalhador.

Essa forma de encarar o trabalho do jovem, deixa de levar em conta a perspectiva do ator social específico “jovem”. Trabalhar, receber algum salário para quem tem uma “autonomia apenas relativa” mas está procurando aumentar seu grau de autonomia, só pode significar liberdade. Outros autores já tocaram nesta questão, só que para eles a busca de autonomia via trabalho era exclusiva de jovens dos setores médios da população. Bourdieu (1983), ao contrário, detecta-o também na população operária, mostrando que este não é um fenômeno exclusivamente latino-americano. Em entrevista recente, cita o caso do filho do mineiro

³ Estas tabelas possuem algumas limitações: 1) os dados de Censos e PNAD's não são completamente comparáveis, sendo que as PNAD's tendem a ser mais sensíveis a trabalhos de caráter muito esporádico e de baixa remuneração, aumentando desta forma o contingente de pessoas que fazem parte da PEA, sobretudo jovens e mulheres; 2) os dados estão agregados de tal forma que crianças e adolescentes fazem parte da mesma categoria. Como vimos em análise anterior o comportamento das duas faixas são substancialmente diferentes em termos de qualidade e quantidade, sendo até possível falar-se em tendências inversas. Apesar destas limitações, a comparação nos oferece um ponto de partida interessante para as considerações que pretendemos desenvolver; 3) finalmente, é bom lembrar que trata-se de renda per capita e não renda familiar. Assim, supondo que em média uma família é composta por cinco pessoas, quando estamos falando em renda média de até 1/2 salário mínimo, estamos falando em renda familiar de algo em torno de dois salários mínimos.

que quer começar a trabalhar na mina o mais rápido possível, porque isto significa entrar no mundo dos adultos. E comenta "uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro para se afirmar em relação aos colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um 'homem'" (p. 114). Pelo menos três pesquisas no Brasil destacam com muita clareza o sentido de "liberdade" contido na decisão de trabalho dos jovens. Ser livre significa ter liberdade para poder tomar com mais autonomia decisões sobre sua vida, principalmente sobre o consumo e a permanência na escola (Gouveia, 1982; Spindel, 1985; Madeira, 1984).

Em nossas discussões com os jovens verificamos que o consumo próprio de jovens, como a roupa (o jeans com grife, o nosso corte de calça, o tênis etc.) e o lazer e o som (o gravador, as fitas cassetes, os bailes de fim de semana) constituem um tema de discussão e disputa permanente no seio familiar. A disponibilidade de dinheiro, de um salário significa sobretudo a possibilidade de maior poder de barganha, de negociação com a família nesta disputa. O jovem que trabalha tem seu poder aumentado e seus privilégios na família garantidos.

Enfim, a necessidade de ostentar marcas visíveis de pertencer à categoria jovem, sobretudo aquelas veiculadas pelos meios de comunicação, é um dos pontos nodais de atrito com a família, fonte de intensos e violentos conflitos.

As pressões para o consumo entre os jovens é algo generalizado na América Latina. Também é generalizada, nos meios de comunicação, a tendência a oferecer aos mesmos um corpo integrado de símbolos e representações do que é ser jovem.

Talvez seja o caso de destacar as especificidades da situação brasileira.

A primeira, é que grande parte dos jovens pode passar da simples aspiração para o consumo efetivo, porque conseguiram emprego. Isto é sugerido por estatísticas que mostram o aumento de bens destinados a jovens, provavelmente jovens dos setores populares. A proporção de discos e cassetes de música popular brasileira passou de 63% em 1977 para 59,9% em 1980, enquanto que o total de unidades veiculando música popular internacional baixou de 35,4% para 28,9% no mesmo período (Miceli, 1983). No que diz respeito a roupas, levantamento feito em São Paulo por agências de pesquisa de opinião e mercado mostra claramente que o maior percentual (59%) dos que declararam pretender comprar roupas em futuro próximo são jovens entre 15 e 29 anos. Entre setores de renda mais baixa, a proporção dos que pretendem consumir roupas é maior, sendo mais significativa a incidência na compra de roupas de cima, que são exatamente as que aparecem mais socialmente (Revista Novidades da Moda, nº 202, junho 1976. Pesquisa regular feita em São Paulo por agências de pesquisa de opinião pública).

Por sua vez o consumo do jovem apoiou-se em duas outras características da década. Uma são os surpreendentes avanços da telecomunicação no Brasil. Em 1975, a televisão já alcançava 40% da população

urbana, cobertura que hoje atinge 75% da mesma população. Nas áreas rurais, em cada vinte domicílios, três possuíam tal equipamento. O avanço da indústria eletrônica no Brasil se dá no bojo dos enormes investimentos na área de telecomunicações implantadas pelo governo autoritário de 1964, tendo em vista a integração nacional. Miceli (1983) sugere que os níveis de consumo da TV brasileira estão intimamente relacionados ao capital escolar dos públicos expostos a esses bens. "O fato bruto e brutal do analfabetismo, nas proporções consideráveis em que subsiste na sociedade brasileira, constitui a alavanca decisiva da colossal penetração da televisão no país" e a coloca como uma espécie de sistema de ensino paralelo e integrador: "Apesar da sociedade industrial de consumo estar fortemente concentrada nas regiões sudeste e sul do Brasil, conforme demonstram exaustivamente as evidências disponíveis acerca da distribuição regional da maioria dos bens culturais, e de persistirem as disparidades de renda entre regiões e grupos sociais, a indústria cultural brasileira vem contribuindo decisivamente para o processo de unificação do mercado de bens culturais ao fazer às vezes de um 'sistema de ensino paralelo' e ao expor os setores sociais subalternos a veículos e mensagens em certa medida desagregadores de seu repertório original de linguagem, valores e significações".

A outra característica, é a difusão do sistema financeiro de crédito. Como já comentamos, a possibilidade de estudar também está altamente associada à possibilidade de trabalhar e neste sentido assume freqüentemente a forma de um tipo de consumo jovem. Assim, o fato mesmo de freqüentar escola, de possuir uma "carteirinha" de estudante, caracteriza-o com "jovem moderno". É ainda Bourdieu (1983) quem comenta o fato de estar na situação de 'estudante' induz a uma série de situações que são constitutivas da situação escolar: eles levam os livros amarrados com um cordão, sentam-se nas motocicletas para 'cantar' uma menina, encontram os amigos dos dois sexos fora do trabalho, em casa são dispensados das tarefas materiais porque estão estudando" (p. 115).

O paradoxal de tudo isto é que os baixos salários percebidos pelos jovens só podem lhes proporcionar esta autonomia à medida que parte de seu custo de reprodução é assumido também pela família. Em outras palavras, à medida em que ele é ainda aceito como membro da família, depende desta instituição. De tal forma que embora haja conflito e tensão, há a plena consciência das vantagens da coabitação. Assim, apesar de ameaças constantes de saída de casa por todos os membros da família em geral prevalece a permanência baseada na consciência de que somente somando rendas, acoplando o trabalho doméstico ao remunerado, será possível manter um determinado nível de consumo e qualidade de vida.

Embora da perspectiva do jovem haja todo um interesse em participar do mercado de trabalho, isto não significa que não seja de interesse também da família, seja por razões puramente econômicas, seja por razões de caráter de exercício disciplinar na formação da personalidade preparando o jovem para assumir responsabilidades futuras, seja até por medidas puramente de segurança, ou pelo conjunto todo de fatores. O desejo de que os filhos participem da força de tra-

balho pode ser constatado tanto pelo empenho que as mesmas desenvolvem no sentido de colocar o jovem em alguma atividade remunerada, como pelo privilégio que eles desfrutam no seio da família.

Do conjunto de considerações, é interessante registrar como sugestão para um estudo mais aprofundado a existência de uma espécie de "permeabilidade intraclasse" que de certa forma contribuiria para a construção de um substrato favorecido dos setores populares. Assim, Spindel (1985) constatou que os empregos "formais" são em geral ocupados por jovens cujas famílias pertencem a certos segmentos da classe trabalhadora, cujo nível ocupacional ou de renda traduz-se em possibilidades de acesso a informações sobre a existência destas vagas assim como sua obtenção. O mesmo constatamos nós. Com muita frequência, encontramos filhos que trabalharam com pais e filhas com as mães.

Spindel (1985) testa esta hipótese, apoiando-se nas informações obtidas em respostas a questões que referem-se tanto aos critérios utilizados pelos empregadores para arremeter os jovens a serem selecionados, como a forma como o menor recebe a informação sobre a vaga oferecida. "Com efeito, mais de 50% das grandes e médias empresas declararam que o recrutamento de menores é feito através de informações obtidas pelos próprios operários, sendo que por volta de 65% dos menores responderam ter obtido seu emprego graças à indicação de pessoas da família ou amigos. Mesmo entre os menores que estavam no seu segundo emprego, a proporção dos que o haviam obtido por via informal, no círculo de seres familiares e conhecidos foi de 70%, reforçando a tese da mediação do *Lobby* familiar e de amigos na determinação do nível de inserção dos seus membros no mercado de trabalho."

Em outros termos, uma parcela das famílias de baixa renda, que já haviam acumulado um certo estoque de "bens materiais e culturais", manifesto sobretudo em qualificação no trabalho e certo nível de escolaridade, puderam se beneficiar do aumento de empregos "formais" gerados neste período, colocando alguns de seus membros nestes empregos, e com isto sofrer um certa mobilidade social medida em termos de faixa de renda familiar. Já nos casos dos grupos que se aproximam dos níveis de "pobreza crítica", onde a ocupação se dá através de formas esporádicas ou irregulares, a possibilidade de incorporar outros membros é sempre neste mesmo trabalho, o que efetivamente não significa melhora na qualidade de vida.

De outra forma, a comparação entre os resultados de 70-76 detecta a incidência paralela dos dois fatores, na tabela que relaciona tamanho da família e níveis de renda, sobre a proporção de pessoas ocupadas. É nas famílias numerosas e de nível de rendimento relativamente mais alto que se encontram as maiores proporções de pessoas ocupadas. E esta constatação é particularmente verdadeira para 1976; uma vez que, para 1970, há também uma alta participação na ocupação por parte de famílias numerosas de rendimento mensal intermediário (Tabela 20 e 21).

Finalmente, podemos concluir que pelo fato de uma proporção de adolescentes e jovens dos chamados setores populares passarem a ter acesso a trabalhos mais bem remunerados, a uma permanência

maior na escola e aos meios de comunicação de massa, passaram a ter acesso também à "adolescência", à "juventude", a este *status* intermediário, temporário, de tolerância de um certo grau de irresponsabilidade porque "nem criança, nem adulto".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. *A "juventude" é apenas uma palavra: questões de sociologia*. Rio de Janeiro. Marco Zero Limitada, 1983.
- BRASLAVSKY, C. *Juventud y sociedad en la Argentina*. CEPAL, 1985.
- BRUSCHINI, C. *Mulher e trabalho: uma avaliação da Década da Mulher; 1975-1985*. editora São Paulo, 1985.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno de Economia. 24.02.85.
- GOUVEIA, A. J. O trabalho do menor, necessidade transfigurada em virtude. *Cadernos de Pesquisa*. (44):55-62, fev. 1983.
- HUMPHREY, J. & HIRATA, H. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. *Revista de Economia Política*. 4(4):89-107, out./dez. 1984.
- MADEIRA, F. R. *Integração Trabalho/Escola no cotidiano de jovens de setores populares paulistanos*. São Paulo, 1984 (mimeo). Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq.
- _____. *A jovem brasileira: a experiência dos anos 70 entre os setores populares na cidade de São Paulo*. 1984. (Comunicação à reunião da CEPAL "Pensar la mujer joven: problemas y experiencias preliminares").
- MEDICI, A. *O mercado de trabalho brasileiro na conjuntura recente (1976-1983)*. 1984. (Comunicação ao IV Encontro Nacional da ABEP, Águas de São Pedro, 1984).
- MICELI, S. *"Entre no ar" e Belindia: a indústria cultural hoje*. São Paulo, IDESP, 1984.
- OLIVEIRA, M. F. A. *Família e reprodução*. São Paulo, FAU/USP, 1976.
- SPINDEL, C. R. O menor assalariado registrado: condições de trabalho em áreas metropolitanas. *Textos IDESP*. (8) 1985.

Tabela 1 TAXA DE OCUPAÇÃO POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO
CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E TOTAIS
1970-1980

ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO	CRIANÇAS		ADOLESCENTES				JOVENS		TOTAL	
			15-17		18-19					
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
HOMENS										
BRASIL										
Total	19,5	20,0	54,9	57,7	73,5	76,9	87,7	90,5	71,9	72,4
Urbano	6,6	11,3	38,8	50,4	61,4	73,3	82,2	89,0	65,5	70,3
Rural	33,4	35,6	73,4	72,2	87,0	85,0	94,6	90,0	80,1	78,8
SÃO PAULO										
Total	13,1	15,6	57,9	64,6	74,7	82,8	88,8	93,0	72,3	75,3
Urbano	8,8	13,4	53,0	63,0	70,6	81,8	87,3	92,5	70,3	75,0
Rural	28,3	30,7	74,0	74,7	88,9	90,1	94,7	97,0	80,0	79,5
PERNAMBUCO "15-19"*										
Total	20,1	24,4	57,3	60,4	-	-	86,2	87,9	71,0	69,7
Urbano	4,3	11,7	35,6	49,4	-	-	77,2	85,2	58,1	64,5
Rural	37,6	42,2	81,7	78,8	-	-	96,9	93,5	75,3	78,2
MULHERES										
BRASIL										
Total	6,5	8,4	21,4	27,4	27,3	37,1	27,7	38,5	18,2	26,6
Urbano	5,6	7,1	25,0	30,1	34,6	43,4	36,3	45,7	22,3	30,8
Rural	7,6	10,8	16,5	22,8	17,0	22,4	15,0	20,3	12,3	17,6
SÃO PAULO										
Total	9,0	10,0	37,2	43,4	42,3	53,6	38,8	48,8	23,0	32,6
Urbano	9,1	9,2	39,3	43,9	46,9	57,0	43,4	51,5	25,5	34,2
Rural	9,0	14,7	28,1	39,3	21,8	30,5	15,6	25,0	11,3	20,6
PERNAMBUCO "15-19"*										
Total	5,0	8,9	18,8	24,7	-	-	24,2	34,9	17,0	25,4
Urbano	3,9	5,9	22,3	23,9	-	-	33,2	39,3	25,0	26,8
Rural	6,4	13,6	14,0	26,0	-	-	12,7	25,5	12,2	22,7

NOTAS: Os dados referentes a 1970 foram retirados de uma tabulação especial - Perfil Estatístico de Mães e Filhos, IBGE.
Os dados referentes a 1970 de Pernambuco foram retirados do próprio Censo Demográfico, IBGE.

Os dados referentes a 1980 foram utilizados do próprio Censo Demográfico, IBGE.

* Não existem dados discriminados para as faixas 15-17 e 18-19.

Tabela 4 DISTRIBUIÇÃO DA PEA AGRÍCOLA SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL
BRASIL, SÃO PAULO E PERNAMBUCO – 1970-1980

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	HOMENS										MULHERES													
	CRIANÇAS			ADOLESCENTES			JOVENS			TOTAL			CRIANÇAS			ADOLESCENTES			JOVENS			TOTAL		
	1970	1980		1970	1980		1970	1980		1970	1980		1970	1980		1970	1980		1970	1980		1970	1980	
	949.789	897.042	1.884.092	1.741.479	1.668.276	1.639.083	11.832.699	11.050.510	175.655	202.447	286.042	321.138	166.660	189.911	1.257.659	1.610.507								
BRASIL	Agricultura	13,0	15,8	13,4	13,4	13,4	11,6	11,6	13,9	15,6	15,6	14,8	14,8	14,8	14,8									
	Trab. Agríc. Volante ..	3,6	4,03	3,3	3,3	3,3	2,7	2,7	4,3	5,2	5,2	4,7	4,7	4,7	4,6									
	- C/Int.	9,4	11,7	10,1	10,1	10,1	8,8	8,8	9,5	10,4	10,4	10,0	10,0	10,0	10,2									
	- S/Int.	5,1	3,4	5,1	5,1	5,1	5,5	5,5	0,9	4,5	4,5	5,7	5,7	5,8	1,9									
	Parceiro ou Meieiro ..	0,8	1,5	1,9	1,9	1,9	2,0	2,0	0,3	0,46	0,46	0,5	0,5	0,6	0,6									
	- Empregado	0,01	0,03	0,08	0,08	0,08	0,15	0,15	0,0	0,08	0,08	0,015	0,015	0,04	0,04									
	- Empregador	0,85	1,8	3,1	3,1	3,1	3,3	3,3	0,5	0,78	0,78	1,1	1,1	1,3	1,3									
	- Conta própria	15,6	27,7	30,8	29,4	29,4	26,3	25,0	15,1	18,5	18,5	17,6	17,6	17,0	17,1									
	Empregado	0,01	0,04	0,4	0,6	0,6	1,7	2,6	0,04	0,01	0,01	0,06	0,11	0,5	0,6									
	Empregador	8,94	20,2	33,4	32,7	32,7	41,5	41,8	9,6	13,8	13,5	22,5	21,3	29,3	25,7									
	Conta própria	70,2	42,5	33,6	20,6	17,9	16,7	12,6	59,8	63,1	49,1	54,0	41,9	47,2	38,9									
	Não Remunerado	72.094	189.482	161.865	131.240	1.187.985	989.824	18.839	23.959	38.226	47.516	16.152	24.279	113.845	185.178									
SÃO PAULO	Agricultura	23,0	22,5	16,9	16,3	16,3	16,3	16,3	29,3	29,3	29,3	31,2	31,2	31,2	32,0									
	Trab. Agríc. Volante ..	13,0	12,2	8,8	8,3	8,3	8,3	8,3	17,6	18,3	18,3	20,0	20,0	19,5	19,5									
	- C/Int.	10,2	10,3	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	11,7	10,9	10,9	11,2	11,2	12,4	12,4									
	- S/Int.	4,3	6,5	2,1	2,1	2,1	2,8	2,8	0,6	4,7	4,7	5,4	5,4	5,0	0,9									
	Parceiro ou Meieiro ..	0,4	0,7	1,2	1,4	1,4	1,4	1,4	0,5	0,5	0,5	0,8	0,8	0,6	0,6									
	- Empregado	0,02	0,03	0,05	0,05	0,05	0,1	0,1	0,1	0,008	0,008	0,02	0,02	0,03	0,03									
	- Empregador	0,1	0,32	0,9	1,2	1,2	1,2	1,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3									
	- Conta Própria	40,0	53,8	55,0	55,4	51,0	49,0	44,9	41,4	53,7	46,5	51,4	46,0	54,4	43,0									
	Empregado	0,07	0,04	0,5	2,6	2,6	4,4	4,4	0,03	0,01	0,02	0,04	0,1	0,6	0,8									
	Empregador	4,5	8,1	14,0	11,1	22,3	18,8	2,6	1,7	4,5	2,3	7,5	3,07	8,06	4,1									
	Conta Própria	29,2	31,4	18,3	12,8	12,1	8,1	48,8	26,3	36,9	20,5	35,6	17,9	31,8	17,9									
	Não remunerado	57.691	103.015	90.431	70.931	669.234	634.616	9.780	17.569	17.833	26.000	12.659	15.178	95.485	153.740									
PERNAMBUCO	Agricultura	20,4	25,3	24,5	24,5	24,5	19,5	19,5	18,3	20,9	20,9	21,0	21,0	20,0	20,0									
	Trab. Agríc. Volante ..	4,3	4,6	3,7	3,7	3,7	3,35	3,35	2,1	2,15	2,15	2,7	2,7	2,7	2,7									
	- C/Int.	16,1	20,6	20,8	20,8	20,8	16,2	16,2	16,1	18,7	18,7	18,0	18,0	17,3	17,3									
	- S/Int.	2,1	0,3	1,4	1,4	1,4	1,05	1,05	0,2	1,4	1,4	2,0	2,0	2,2	0,67									
	Parceiro ou Meieiro ..	0,2	0,49	0,7	0,7	0,7	0,4	0,4	0,2	0,36	0,36	0,4	0,4	0,3	0,3									
	- Empregado	0,1	0,26	0,5	0,5	0,5	0,03	0,03	0,1	0,24	0,24	0,4	0,4	0,01	0,01									
	- Empregador	19,2	37,8	28,7	28,7	35,0	24,0	17,6	11,1	28,1	14,5	28,9	18,1	29,8	16,1									
	- Conta própria	0,03	0,1	0,1	0,4	0,6	1,2	1,2	0,05	0,05	0,05	0,05	0,02	0,1	0,2									
	Empregado	13,3	24,6	39,1	33,0	46,3	40,9	9,8	5,0	14,8	9,4	21,6	14,5	33,6	23,9									
	Empregador	62,3	34,1	14,7	11,3	13,5	12,7	71,4	64,6	56,9	53,9	47,2	44,6	34,2	38,4									
	Conta própria	52,0	29,6	14,7	11,3	13,5	12,7	71,4	64,6	56,9	53,9	47,2	44,6	34,2	38,4									
	Não Remunerado																							

FONTE: Censo Demográfico 1970 e 80

Tabela 5 ESTRUTURA DO EMPREGO
CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL
BRASIL
1970-1980

SETOR DA ECONOMIA	CRIANÇAS		ADOLESCENTES		JOVENS		TOTAL	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
HOMENS								
PRIMÁRIO	949.789	897.042	1.884.042	1.741.479	1.668.376	1.449.172	11.832.699	11.050.510
	83,6	69,3	60,6	42,2	46,6	29,1	50,5	37,7
SECUNDÁRIO	57.178	162.551	482.347	1.169.805	824.234	17.586.667	4.659.535	8.988.698
	5,0	12,5	15,5	28,3	23,0	35,3	19,9	10,7
TERCIÁRIO	128.992	233.612	737.913	1.212.777	1.083.744	1.771.278	6.899.543	1.230.617
	11,3	18,1	23,7	29,4	30,3	35,5	29,4	31,5
Com. de Mercadorias	29,3	43,2	29,0	35,4	25,4	27,1	27,4	31,7
Trans. Com. e Armaz.	4,3	4,9	8,3	8,8	25,6	25,7	17,1	17,9
Prestação de Serv.	23,9	42,5	20,7	34,1	18,5	28,7	17,9	33,1
Atividades Sociais	1,5	4,0	2,8	4,4	5,8	6,7	6,9	9,2
Adm. Pública	2,8	2,5	10,1	8,5	13,3	10,3	14,3	14,6
Outras Atividades	37,8	2,7	28,8	8,7	21,1	11,3	16,1	6,4
TOTAL	1.139.959	1.293.205	3.104.352	4.124.061	3.576.454	4.979.117	23.391.777	29.269.825
MULHERES								
PRIMÁRIO	175.655	202.447	286.042	321.138	166.660	189.911	1.257.659	1.610.507
	46,6	31,3	22,2	15,3	13,6	8,5	16,9	14,8
SECUNDÁRIO	27.873	58.350	166.850	418.655	156.838	455.991	635.892	1.783.765
	1,3	10,7	12,9	19,9	12,8	20,6	8,5	16,4
TERCIÁRIO	173.386	281.712	831.724	1.357.271	893.769	1.562.643	4.271.896	7.444.995
	46,0	51,9	64,7	64,7	73,4	70,7	57,5	68,6
Com. de Mercadorias	3,3	6,5	9,2	17,8	10,1	17,5	8,6	14,2
Trans. Com. e Armaz.	0,1	0,2	0,7	0,9	1,4	2,5	1,4	1,8
Prestação de Serv.	88,9	91,1	12,9	65,1	48,9	42,6	55,9	53,3
Atividades Sociais	0,9	1,9	7,5	10,4	26,7	24,2	23,1	28,4
Adm. Pública	0,1	0,2	0,7	1,5	2,4	4,3	3,7	0,4
Outras Atividades	6,5	0,1	8,8	4,2	10,2	0,8	1,0	0,8
TOTAL	376.914	524.509	1.284.616	2.097.064	1.217.267	2.208.545	7.423.106	10.839.267

FONTE: Censo Demográfico 1970 e 80

Tabela 6 ESTRUTURA DO EMPREGO - CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL - SÃO PAULO - 1970-1980

SETOR DA ECONOMIA	HOMENS						MULHERES									
	CRIANÇAS		ADOLESCENTES		JOVENS		TOTAL		CRIANÇAS		ADOLESCENTES		JOVENS		TOTAL	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
PRIMÁRIO	(72.094)	(67.736)	(189.482)	(160.937)	(161.865)	(131.519)	(1.187.985)	(989.824)	(18.839)	(23.959)	(38.226)	(47.516)	(16.152)	(24.279)	(113.845)	(185.178)
	51,6	35,2	31,7	17,6	21,4	10,7	24,6	13,8	20,8	19,3	10,3	7,6	4,8	3,7	7,3	5,9
SECUNDÁRIO	(24.575)	(52.771)	(191.402)	(412.347)	(303.596)	(624.948)	(1.695.235)	(3.205.757)	(14.576)	(24.192)	(97.127)	(214.646)	(83.937)	(209.864)	(308.449)	(792.685)
	17,6	27,4	32,0	45,2	40,2	51,0	35,5	44,9	16,0	19,5	25,8	34,7	25,2	32,5	19,8	25,5
TERCIÁRIO	(42.978)	(71.422)	(216.988)	(338.987)	(289.871)	(467.263)	(1.939.399)	(2.939.309)	(57.802)	(75.556)	(240.500)	(355.461)	(232.554)	(410.125)	(1.127.929)	(2.123.218)
	30,8	37,2	30,8	37,1	38,4	38,1	40,2	41,1	63,4	61,0	63,9	57,5	69,9	63,6	72,7	68,4
Com. de Mercadorias	31,6	43,0	30,8	36,8	24,0	26,3	26,4	26,7	4,8	10,2	12,6	22,9	11,6	17,2	10,1	14,8
Trans. Com. e Armaz.	3,3	3,6	7,1	7,6	15,9	15,5	17,1	15,1	0,3	0,2	1,1	1,4	1,8	2,9	1,6	1,9
Prestação de serviços	23,4	38,4	20,9	34,6	19,4	30,0	19,6	30,8	87,3	85,9	69,4	56,8	49,9	42,8	56,2	48,9
Atividades Sociais	2,1	6,5	2,4	5,0	5,2	6,3	6,2	7,9	0,5	2,3	3,9	9,7	19,1	19,7	18,8	23,2
Administração Pública	5,3	3,7	5,2	4,4	9,3	6,8	11,2	9,4	0,1	0,2	0,6	1,5	2,1	3,8	3,2	3,8
Outras atividades	34,1	4,5	33,6	11,4	26,1	14,8	19,5	9,8	6,9	0,9	12,4	0,7	15,2	13,2	9,7	7,1
TOTAL	(139.647)	(191.929)	(597.872)	(912.271)	(755.332)	(1.223.730)	(4.822.619)	(7.134.890)	(91.217)	(123.707)	(375.853)	(617.623)	(332.643)	(644.268)	(1.550.223)	(3.101.081)

FONTE: Censo 1970-1980

Tabela 7 ESTRUTURA DO EMPREGO - CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL - PERNAMBUCO - 1970-1980

SETOR DA ECONOMIA	HOMENS						MULHERES									
	CRIANÇAS		ADOLESCENTES		JOVENS		TOTAL		CRIANÇAS		ADOLESCENTES		JOVENS		TOTAL	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
PRIMÁRIO AGRIC.	57.691	71.534	103.015	105.224	90.431	70.931	669.234	634.616	9.780	17.569	17.833	26.000	12.659	15.178	95.485	153.740
	88,8	81,3	67,3	54,3	51,1	34,3	56,4	44,9	58,1	55,7	31,8	31,2	21,3	16,5	29,9	27,4
SECUNDÁRIO IND.	1.835	6.034	16.000	39.920	32.866	63.429	182.350	321.689	516	2.941	4.110	10.415	5.137	14.518	19.244	58.226
	2,8	6,9	10,5	20,6	18,6	30,7	15,4	22,8	3,1	9,3	7,3	12,5	8,6	15,8	6,0	10,4
TERCIÁRIO COM.	5.448	10.427	34.032	48.703	53.745	72.414	334.653	456.535	6.529	11.044	34.059	47.048	41.656	62.032	203.831	349.007
	3,4	11,8	22,2	25,1	30,4	35,0	28,2	32,3	38,8	35,0	60,8	56,4	70,1	67,6	63,9	62,2
Com. de Mercadorias	32,2	45,2	28,9	37,2	27,4	30,2	31,1	31,8	1,9	6,4	6,8	16,4	10,4	18,9	9,0	15,8
Trans. Com. e Armaz.	4,2	6,7	8,2	9,4	15,8	16,1	16,6	15,2	0,1	0,1	0,4	0,4	0,9	1,5	1,0	1,3
Prestação de Serviços	21,7	39,8	20,3	33,2	15,9	26,1	14,9	25,0	91,7	90,9	76,7	68,5	51,8	43,8	58,2	49,1
Atividades Sociais	1,2	1,0	2,1	2,9	5,1	6,1	7,3	7,3	1,0	1,5	7,0	10,3	24,4	24,9	21,4	25,3
Adm. Pública	0,9	1,2	10,7	10,3	14,9	12,5	15,8	14,1	0,1	0,1	0,6	1,6	2,9	4,7	3,9	5,1
Outras Atividades	39,6	6,1	29,8	6,9	20,9	9,1	14,4	6,6	5,2	0,9	8,4	2,7	9,6	6,2	6,5	3,5
TOTAL	64.974	87.995	153.047	193.847	177.042	206.774	1.186.237	1.412.840	16.825	31.554	56.002	83.463	59.452	91.728	318.566	560.973

FONTE: Censo Demográfico 1970-1980

Tabela 8 DISTRIBUIÇÃO DA PEA POR FAIXAS DE RENDIMENTO MENSAL
TOTAL, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS
BRASIL, SÃO PAULO, PERNAMBUCO
1970

RENDIMENTO MENSAL (MÉDIO)	HOMENS				MULHERES			
	TOTAL	CRIANÇAS	ADOLESCENTES	JOVENS	TOTAL	CRIANÇAS	ADOLESCENTES	JOVENS
BRASIL								
Até 0,3067 s. m.	9,0	50,7	20,6	9,3	24,7	69,6	40,1	21,2
0,3129 - 0,6135	22,5	37,4	37,5	23,3	22,9	23,6	28,8	20,3
0,6196 - 1,2270	33,7	10,9	34,6	39,4	27,4	6,0	25,0	33,9
1,2331 - 2,4540	18,0	0,7	6,3	19,2	14,7	0,5	5,4	17,9
2,4601 - 6,1350	12,2	0,2	1,0	7,9	8,5	0,1	0,7	6,2
6,1411 ou mais	4,5	0,1	0,06	0,9	1,8	0,2	0,07	0,4
S/ Rendimento	31,3	92,7	55,9	21,6	81,0	96,0	79,4	73,8
S/ Declaração	1,9	0,4	2,0	2,8	0,5	0,2	0,6	0,6
C/ Rendimento	66,7	6,9	42,1	75,6	18,5	3,8	20,0	25,6
SÃO PAULO								
Até 0,267	2,3	34,4	6,4	1,2	10,6	52,9	17,9	5,9
0,272 - 0,534	9,1	46,4	27,5	6,9	21,2	36,6	33,8	16,7
0,539 - 1,068	32,6	17,5	50,3	39,3	32,2	9,6	37,0	37,9
1,074 - 2,137	26,1	1,2	13,5	33,3	19,2	0,8	9,9	25,8
2,142 - 5,342	22,1	0,3	2,3	17,4	14,2	0,1	1,3	13,0
5,347 ou mais	7,9	0,04	0,08	1,9	2,6	0,03	0,05	0,8
S/ Rendimento	25,5	91,0	43,8	15,4	74,6	92,3	62,5	61,5
S/ Declaração	2,7	0,4	2,8	3,4	0,7	0,2	1,0	1,1
C/ Rendimento	71,8	8,5	53,3	81,1	24,7	7,5	36,5	37,4
PERNAMBUCO								
Até 0,347	18,0	62,8	36,4	19,1	42,5	87,3	66,7	40,1
0,354 - 0,694	30,4	30,1	38,5	30,1	23,9	9,7	18,7	21,3
0,701 - 1,389	32,0	6,8	22,4	36,6	19,9	2,8	12,8	26,7
1,396 - 2,778	11,5	0,2	2,2	10,4	9,0	0,2	1,6	9,6
2,785 - 6,944	5,7	0,03	0,4	3,4	3,8	0,03	0,2	2,2
6,951 ou mais	2,5	0,04	0,03	0,5	0,8	0,04	0,02	0,1
S/ Declaração	2,4	0,5	2,1	4,0	0,6	0,2	0,6	0,8
S/ Rendimento	32,9	91,6	58,4	22,8	82,8	97,1	84,9	78,1
C/ Rendimento	64,6	7,9	39,5	73,1	16,6	2,7	0,1	21,1

FONTE: Censo 1970

Tabela 9 DISTRIBUIÇÃO DA PEA POR FAIXAS DE RENDIMENTO MENSAL
TOTAL, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS
BRASIL, SÃO PAULO, PERNAMBUCO
1980

RENDIMENTO MENSAL (MÉDIO)	HOMENS				MULHERES			
	TOTAL	CRIANÇAS	ADOLESCENTES	JOVENS	TOTAL	CRIANÇAS	ADOLESCENTES	JOVENS
BRASIL								
Até 1/4 s. m.	2,4	29,8	5,5	1,6	9,2	48,2	16,4	7,3
1/4 - 1/2	8,3	30,6	15,2	5,3	18,5	25,8	21,0	11,2
Mais de 1/2 - 1	21,1	27,4	37,9	22,1	24,8	16,4	29,2	24,9
Mais de 1 - 2	29,1	10,4	34,3	39,3	25,5	7,2	28,1	35,9
Mais de 2 - 5	25,1	0,8	6,1	26,3	15,0	0,4	4,1	17,7
Mais de 5	13,2	0,07	0,4	4,8	5,9	0,05	0,2	2,3
S/ Declaração	0,3	0,1	0,3	0,5	0,3	0,1	0,3	0,3
C/ Rendimento	73,9	11,6	53,0	84,1	32,3	6,8	28,6	38,0
S/ Rendimento	25,7	88,2	46,6	15,4	67,4	93,1	71,1	61,7
SÃO PAULO								
Até 1/4 s. m.	0,9	22,0	1,9	0,3	3,6	30,5	4,0	1,9
1/4 - 1/2	2,9	23,9	5,5	0,7	9,6	27,6	11,4	4,2
Mais 1/2 - 1	9,8	33,2	25,9	6,7	22,0	26,1	29,7	17,3
Mais 1 - 2	28,7	19,1	53,8	40,0	33,7	14,7	46,5	43,6
Mais 2 - 5	36,2	1,1	11,8	43,4	21,9	0,6	7,8	28,9
Mais de 5	20,9	1,0	0,6	8,2	8,4	0,05	0,2	3,7
S/ Declaração	0,4	0,05	0,3	0,5	0,3	0,04	0,2	0,2
C/ Rendimento	80,7	14,7	66,8	89,6	39,8	10,7	46,3	49,8
S/ Rendimento	18,9	85,3	32,9	9,9	59,9	89,3	53,5	50,0
PERNAMBUCO								
Até 1/4 s. m.	4,5	35,9	10,2	3,1	15,9	66,5	34,8	15,1
Mais 1/4 - 1/2	16,2	42,7	30,5	11,9	30,8	24,7	31,9	21,5
Mais 1/2 - 1	33,3	18,7	44,3	39,9	26,9	7,4	24,4	33,1
Mais 1 - 2	24,1	2,2	12,9	31,0	14,5	1,0	7,7	21,4
Mais 2 - 5	14,9	0,3	1,8	11,9	8,2	0,1	1,1	7,8
Mais de 5	6,8	0,05	0,2	2,1	3,5	0,08	0,06	0,9
S/ Declaração	0,3	0,1	2,9	0,5	0,3	0,08	0,2	0,2
C/ Rendimento	70,1	12,7	45,8	81,2	30,2	5,4	20,1	32,5
S/ Rendimento	29,6	87,1	51,4	18,3	69,5	94,5	79,7	67,3

FONTE: Censo 1980

Tabela 10 RENDIMENTO E HORAS SEMANAIS TRABALHADAS.
CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL
BRASIL, SÃO PAULO E PERNAMBUCO
1970-1980 - HOMENS

IDADE, LOCALIZAÇÃO E HORAS SEMANAIS	RENDIMENTO MENSAL EM 1980											
	ATÉ 1/4 S. M.		1/4 A 1/2 S. M.		1/2 A 1 S. M.		1 A 2 S. M.		2 A 5 S. M.		MAIS DE 5 S. M.	
	Nº ABSOL.	%	Nº ABSOL.	%	Nº ABSOL.	%	Nº ABSOL.	%	Nº ABSOL.	%	Nº ABSOL.	%
BRASIL												
TOTAL												
Menos de 40 h	227.269		381.042		630.791		589.256		476.894		259.282	
40 h ou mais	477.112	67,7	1.570.204	80,5	5.613.150	89,9	8.260.694	93,3	6.855.237	93,5	3.319.596	92,8
Crianças												
Menos de 40 h	102.593		77.420		35.909		8.627		856		42	
40 h ou mais	88.211	46,2	166.599	68,3	185.771	83,8	73.602	89,5	4.613	84,3	295	87,5
Adolescentes												
Menos de 40 h	51.080		106.951		129.626		71.572		14.672		1.513	
40 h ou mais	108.834	68,1	414.314	79,5	1.194.635	90,2	1.116.005	94,0	186.018	92,7	11.563	88,4
Jovens												
Menos de 40 h	12.772		39.969		97.289		115.594		85.518		16.352	
40 h ou mais	51.845	80,2	200.582	80,4	970.566	90,9	1.740.115	93,8	1.122.582	92,9	198.656	92,4
SÃO PAULO												
TOTAL												
Menos de 40 h	20.586		28.203		48.024		81.895		111.302		74.152	
40 h ou mais	23.641	53,5	101.427	78,2	591.019	92,5	2.074.206	96,2	2.504.782	95,7	1.302.709	94,6
Crianças												
Menos de 40 h	15.146		12.645		7.048		2.017		129		4	
40 h ou mais	10.679	41,3	30.047	70,4	53.686	88,4	32.865	94,2	1.510	92,1	81	95,3
Adolescentes												
Menos de 40 h	2.830		7.859		16.270		19.123		4.854		451	
40 h ou mais	6.305	69,0	38.098	82,9	215.817	93,0	450.381	95,9	94.054	95,1	4.370	90,7
Jovens												
Menos de 40 h	228		1.052		5.047		17.823		26.437		5.509	
40 h ou mais	1.190	83,9	6.754	86,5	77.898	93,9	470.985	96,3	488.136	94,9	88.484	94,1
PERNAMBUCO												
TOTAL												
Menos de 40 h	22.227		40.549		51.282		33.806		19.320		8.616	
40 h ou mais	42.910	65,9	150.128	78,7	395.343	88,5	287.183	89,5	170.609	89,8	75.721	89,8
Crianças												
Menos de 40 h	8.279		6.373		1.874		218		30		0	
40 h ou mais	7.650	48,0	14.789	69,9	7.409	79,8	789	78,3	100	76,9	8	100,0
Adolescentes												
Menos de 40 h	5.549		10.874		8.407		2.205		458		72	
40 h ou mais	9.236	62,5	37.320	77,4	62.105	88,1	17.699	88,9	2.256	83,1	183	71,8
Jovens												
Menos de 40 h	1.305		4.562		7.590		5.799		2.600		454	
40 h ou mais	4.167	76,1	18.535	80,3	71.500	90,4	53.900	90,3	19.655	88,3	3.472	88,4

FONTE: Censo 1970-1980

Tabela 11 RENDIMENTO E HORAS SEMANAIS TRABALHADAS.
CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL
BRASIL, SÃO PAULO E PERNAMBUCO
1970-1980 - MULHERES

IDADE, LOCALIZAÇÃO E HORAS SEMANAIS	RENDIMENTO MENSAL EM 1980											
	ATÉ 1/4 S. M.		1/4 A 1/2 S. M.		1/2 A 1 S. M.		1 A 2 S. M.		2 A 5 S. M.		MAIS DE 5 S. M	
	Nº ABSOL.	%	Nº ABSOL.	%	Nº ABSOL.	%	Nº ABSOL.	%	Nº ABSOL.	%	Nº ABSOL.	%
BRASIL												
TOTAL												
Menos de 40 h	507.899		502.844		624.642		584.933		460.302		125.000	
40 h ou mais	566.343	52,7	960.332	65,6	2.034.041	76,5	2.488.483	81,0	1.232.566	72,8	471.137	79,0
Crianças												
Menos de 40 h	70.841		29.222		9.640		2.118		179		9	
40 h ou mais	105.483	59,8	84.769	74,4	63.591	86,8	28.720	93,1	758	80,9	26	74,3
Adolescentes												
Menos de 40 h	87.025		84.350		75.396		43.215		8.854		617	
40 h ou mais	189.993	68,6	306.299	78,4	488.276	86,6	484.643	91,8	60.431	87,2	1.771	24,2
Jovens												
Menos de 40 h	59.089		68.678		110.382		122.742		69.690		7.864	
40 h ou mais	73.561	55,5	160.309	70,0	439.748	79,9	637.170	83,9	294.561	80,9	35.511	81,9
SÃO PAULO												
TOTAL												
Menos de 40 h	36.346		66.909		113.192		117.054		161.249		45.622	
40 h ou mais	38.020	51,1	144.661	68,4	522.153	82,2	1.047.658	89,9	532.094	76,7	184.350	80,2
Crianças												
Menos de 40 h	12.368		8.039		3.144		811		66		5	
40 h ou mais	14.650	54,2	26.844	76,9	30.616	90,7	17.788	95,6	374	85,0	5	50,0
Adolescentes												
Menos de 40 h	4.929		13.344		18.024		14.867		4.001		193	
40 h ou mais	10.725	68,5	55.484	80,6	167.554	90,3	269.304	94,8	39.977	90,9	823	81,0
Jovens												
Menos de 40 h	2.099		7.133		16.534		25.175		28.852		3.355	
40 h ou mais	2.653	55,8	18.654	72,3	98.106	85,6	258.109	91,1	152.421	84,1	17.865	84,2
PERNAMBUCO												
TOTAL												
Menos de 40 h	43.344		38.361		33.378		25.898		12.013		4.192	
40 h ou mais	53.010	55,0	76.419	66,6	100.677	75,1	51.066	66,3	31.822	72,6	13.961	76,9
Crianças												
Menos de 40 h	4.505		1.521		336		54		4		0	
40 h ou mais	7.526	62,5	3.434	69,3	1.076	76,2	104	65,8	8	66,7	0	0
Adolescentes												
Menos de 40 h	6.786		4.864		2.662		848		123		4	
40 h ou mais	15.735	69,9	16.865	77,6	14.049	84,1	4.078	82,8	478	79,5	32	88,9
Jovens												
Menos de 40 h	4.591		4.925		6.362		4.627		1.321		131	
40 h ou mais	7.172	61,0	12.802	72,2	21.968	77,5	13.337	74,2	5.004	79,1	563	81,1

FONTE: Censo 1970-1980

Tabela 12 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL E SÃO PAULO
1976-1983

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	BRASIL						SÃO PAULO					
	1976		1983		CRESCI- MENTO	1976		1983		CRESCI- MENTO		
	NÚMEROS ABSOLUTOS	%	NÚMEROS ABSOLUTOS	%		NÚMEROS ABSOLUTOS	%	NÚMEROS ABSOLUTOS	%			
Empregados	24.474.012	61,6	31.507.644	65,0	+ 28,7	7.055.199	80,2	8.619.927	76,8	+ 22,2		
Autônomos	9.076.444	22,9	10.962.352	22,6	+ 20,8	1.150.515	13,1	1.739.648	15,5	+ 51,2		
Empregadores	1.046.743	2,6	1.506.734	3,1	+ 43,9	304.059	3,5	450.156	4,0	+ 48,0		
Não Remunerados	5.116.578	12,9	4.489.763	9,3	- 12,3	282.063	3,2	420.696	3,7	+ 49,1		
Sem declaração	4,19	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-		
PEA TOTAL	39.717.916	100,0	48.466.493	100,0		8.791.836	100,0	11.230.427	100,0			

FONTE: PNDA 1976 e 1983.
Observação: Em 1976 os dados sobre posição na ocupação são publicados separados por sexo. Infelizmente, a partir da PNDA 1981 eles deixam de sê-lo, o que impede a análise desagregada no período.

Tabela 14 TAXA DE ANALFABETISMO POR SEXO, FAIXA ETÁRIA E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO
BRASIL, SÃO PAULO E NORDESTE
1976-1982

SEXO E ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO	7-9 ANOS		10-14 ANOS		7-14 ANOS		15-19 ANOS		20-24 ANOS		15-24 ANOS		50 ANOS E MAIS	
	1976	1982	1976	1982	1976	1982	1976	1982	1976	1982	1976	1982	1976	1982
HOMENS														
BRASIL														
Total	48,6	58,5	20,3	25,3	30,9	37,8	15,8	15,6	14,4	13,2	15,2	14,5	36,2	37,5
Urbano	35,4	48,7	8,9	15,4	18,5	27,8	6,2	8,0	9,4	7,3	7,5	7,6	32,4	27,7
Rural	62,9	77,3	33,1	44,8	44,7	57,1	27,4	32,9	29,9	29,9	28,5	31,7	64,3	60,1
SÃO PAULO														
Total	25,5	35,1	3,1	6,5	11,1	17,5	3,7	3,4	4,9	4,2	4,3	3,8	21,5	22,1
Urbano	23,5	34,4	2,5	5,9	9,8	16,8	2,8	3,0	4,2	4,1	3,5	3,5	17,9	20,1
Rural	34,9	40,3	5,9	11,1	16,6	22,2	8,7	6,9	9,4	5,6	9,3	6,3	44,7	42,2
NORDESTE														
Total	72,6	81,9	45,9	51,1	56,4	63,0	37,1	35,6	35,0	32,1	36,2	34,2	59,6	60,5
Urbano	57,7	72,3	23,7	34,3	36,9	48,7	16,8	19,8	17,1	18,1	16,9	19,1	43,4	48,2
Rural	84,4	90,7	62,9	67,7	71,4	76,7	53,5	53,2	51,4	50,1	52,7	52,0	71,6	72,6
MULHERES														
BRASIL														
Total	45,2	53,8	16,5	18,6	27,1	32,1	11,7	10,4	14,4	11,3	12,9	10,8	49,6	48,1
Urbano	33,3	43,3	8,0	10,9	17,0	23,1	5,6	6,0	10,0	7,1	7,4	6,5	39,5	40,0
Rural	61,7	74,5	29,9	35,1	42,2	50,7	23,8	21,9	29,8	24,8	26,3	23,1	73,0	72,2
SÃO PAULO														
Total	24,2	31,2	3,2	4,8	10,7	14,7	3,9	3,1	5,2	4,1	4,5	3,6	40,2	38,2
Urbano	21,7	29,6	2,3	4,1	9,2	13,7	3,0	3,2	4,1	3,8	3,5	3,5	37,0	36,4
Rural	34,1	43,9	6,9	10,4	17,3	17,3	9,4	2,7	13,1	8,8	11,1	5,4	69,7	63,1
NORDESTE														
Total	69,5	78,5	35,7	38,6	48,7	54,2	78,3	21,9	29,7	24,4	27,3	22,9	69,7	67,1
Urbano	52,5	66,7	17,9	24,2	30,6	47,4	11,7	12,8	20,8	15,0	15,3	13,7	54,4	55,0
Rural	81,8	90,1	50,2	54,6	62,7	69,0	38,5	34,2	45,0	38,7	52,5	36,0	85,0	82,5

FONTE: Pesquisa Nacional de Domicílios 1976-1982

Tabela 16 ESTUDANTES DE 5 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIOS E A SÉRIE FREQUENTADA

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	1970												1980											
	URBANA						RURAL						URBANA						RURAL					
	HOMENS			MULHERES			HOMENS			MULHERES			HOMENS			MULHERES			HOMENS			MULHERES		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
BRASIL	6.944.654	100,00	6.794.428	100,00	2.976.194	100,00	2.788.091	100,00	9.598.668	100,00	9.840.794	100,00	2.514.513	100,00	2.478.527	100,00	2.514.513	100,00	2.478.527	100,00	2.514.513	100,00		
TOTAL	6.944.654	100,00	6.794.428	100,00	2.976.194	100,00	2.788.091	100,00	9.598.668	100,00	9.840.794	100,00	2.514.513	100,00	2.478.527	100,00	2.514.513	100,00	2.478.527	100,00	2.514.513	100,00		
Elementar/1ª a 4ª série	3.937.669	56,70	3.869.376	56,95	2.593.861	87,15	2.441.668	87,57	4.994.167	52,03	4.857.887	49,36	2.002.445	79,63	1.967.771	79,39	2.002.445	79,63	1.967.771	79,39	2.002.445	79,63		
Médio - 1º ciclo + 5ª e 6ª série/1º grau - 5ª a 8ª série	2.151.601	30,98	2.140.497	31,50	341.778	11,48	310.530	11,14	2.772.596	28,89	2.992.595	30,41	409.422	16,28	403.437	16,28	409.422	16,28	403.437	16,28	409.422	16,28		
Subtotal - 1º grau	6.089.270	87,68	6.009.873	88,45	2.935.639	98,64	2.752.198	98,71	7.766.763	80,91	7.850.482	79,77	2.411.867	95,92	2.371.208	95,67	2.411.867	95,92	2.371.208	95,67	2.411.867	95,92		
Médio - 2º ciclo/2º grau	514.764	7,41	533.121	7,85	31.507	1,06	29.307	1,05	1.176.303	12,25	1.354.163	13,76	84.615	3,37	91.293	3,68	84.615	3,37	91.293	3,68	84.615	3,37		
Superior	340.620	4,90	251.434	3,70	9.048	0,30	6.586	0,24	655.602	6,83	636.149	6,46	18.031	0,72	16.026	0,65	18.031	0,72	16.026	0,65	18.031	0,72		
SÃO PAULO	1.793.121	100,00	1.637.790	100,00	322.359	100,00	285.666	100,00	2.458.430	100,00	2.342.335	100,00	263.371	100,00	220.586	100,00	263.371	100,00	220.586	100,00	263.371	100,00		
TOTAL	1.793.121	100,00	1.637.790	100,00	322.359	100,00	285.666	100,00	2.458.430	100,00	2.342.335	100,00	263.371	100,00	220.586	100,00	263.371	100,00	220.586	100,00	263.371	100,00		
Elementar/1ª a 4ª série	889.731	49,62	830.078	50,68	250.997	77,86	215.999	81,30	1.162.733	47,29	1.086.341	46,38	181.082	68,75	156.119	70,77	181.082	68,75	156.119	70,77	181.082	68,75		
Médio - 1º ciclo + 5ª e 6ª série/1º grau - 5ª a 8ª série	632.386	35,27	575.897	35,16	60.790	18,86	42.097	15,85	749.585	30,49	726.927	31,03	60.508	22,97	47.379	21,48	60.508	22,97	47.379	21,48	60.508	22,97		
Subtotal - 1º grau	1.522.117	84,89	1.405.975	85,84	311.787	96,72	258.096	97,15	1.912.318	77,79	1.813.268	77,41	241.590	91,73	203.498	92,25	241.590	91,73	203.498	92,25	241.590	91,73		
Médio - 2º ciclo/2º grau	151.873	8,47	145.469	8,88	7.708	2,39	5.705	2,15	329.206	13,39	335.519	14,32	17.012	6,46	13.488	6,11	17.012	6,46	13.488	6,11	17.012	6,46		
Superior	119.131	6,64	86.346	5,27	2.864	0,89	1.865	0,70	216.906	8,82	193.548	8,26	4.769	1,81	3.600	1,63	4.769	1,81	3.600	1,63	4.769	1,81		
PERNAMBUCO	346.428	100,00	368.716	100,00	132.075	100,00	146.789	100,00	406.148	100,00	501.931	100,00	128.115	100,00	155.191	100,00	128.115	100,00	155.191	100,00	128.115	100,00		
TOTAL	346.428	100,00	368.716	100,00	132.075	100,00	146.789	100,00	406.148	100,00	501.931	100,00	128.115	100,00	155.191	100,00	128.115	100,00	155.191	100,00	128.115	100,00		
Elementar/1ª a 4ª série	228.537	65,97	235.108	63,76	123.013	93,14	133.258	90,78	219.739	54,10	265.133	52,82	107.944	84,25	127.180	81,95	107.944	84,25	127.180	81,95	107.944	84,25		
Médio - 1º ciclo + 5ª e 6ª série/1º grau - 5ª a 8ª série	85.415	24,66	99.422	26,96	8.156	6,18	12.127	8,26	115.763	28,50	144.752	28,84	15.831	12,35	21.334	13,75	15.831	12,35	21.334	13,75	15.831	12,35		
Subtotal - 1º grau	313.952	90,63	334.530	90,73	131.169	99,31	145.385	99,04	335.502	82,60	409.885	81,66	123.775	96,61	148.514	95,70	123.775	96,61	148.514	95,70	123.775	96,61		
Médio - 2º ciclo/2º grau	18.858	5,44	22.831	6,19	676	0,51	1.146	0,78	46.428	11,43	63.317	12,61	3.373	2,63	5.630	3,63	3.373	2,63	5.630	3,63	3.373	2,63		
Superior	13.618	3,93	11.355	3,08	230	0,17	258	0,17	24.218	5,96	28.729	5,72	967	0,75	1.047	0,67	967	0,75	1.047	0,67	967	0,75		

FONTE: Censo Demográfico do Brasil, São Paulo e Pernambuco - 1970 - p. 31.
 Censo Demográfico do Brasil - 1980 - p. 125.
 Censo Demográfico de São Paulo - 1980 - p. 513.
 Censo Demográfico de Pernambuco - 1980 - p. 244.

Tabela 17 DISTRIBUIÇÃO DOS HOMENS QUE ESTÃO NA PEA E FORA DA PEA SEGUNDO ANOS DE ESTUDO
CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL
1970-1980

ANOS DE ESCOLARIDADE	HOMENS															
	CRIANÇAS				ADOLESCENTES				JOVENS				TOTAL			
	1970		1980		1970		1980		1970		1980		1970		1980	
	NA PEA	FORA DA PEA	NA PEA	FORA DA PEA	NA PEA	FORA DA PEA	NA PEA	FORA DA PEA	NA PEA	FORA DA PEA	NA PEA	FORA DA PEA	NA PEA	FORA DA PEA	NA PEA	FORA DA PEA
BRASIL																
1-4	41,0	53,8	49,5	58,5	45,1	39,7	39,6	34,6	44,1	36,0	40,6	31,9	43,6	46,2	45,4	48,0
5-8	8,8	13,4	16,8	13,8	16,7	26,4	18,9	34,9	14,0	14,4	22,6	18,6	11,0	16,5	14,7	19,4
9-11	0,1	-	-	-	4,5	8,7	9,1	11,7	6,7	10,0	15,2	18,8	4,3	3,5	8,0	5,1
12 ou mais	-	-	-	-	0,6	1,4	0,3	0,5	5,2	13,4	4,4	11,0	5,0	1,9	4,9	1,4
sem instrução	50,0	32,2	33,7	28,1	33,0	23,8	20,1	18,2	29,9	26,0	17,1	19,5	36,0	31,7	26,4	26,0
SÃO PAULO																
1-4	69,4	66,5	59,6	69,0	61,4	40,3	36,4	24,3	59,4	37,5	41,8	25,4	57,8	54,6	50,0	52,9
5-8	19,2	24,5	32,6	21,7	21,3	32,8	44,9	47,3	11,5	10,2	27,7	18,2	8,0	22,5	19,4	26,4
9-11	0,4	0,3	-	-	7,4	21,2	13,1	22,0	9,3	13,5	17,6	25,3	6,2	5,6	9,9	7,6
12 ou mais	-	-	-	-	1,1	2,6	0,5	0,9	8,1	28,6	6,6	23,3	7,9	3,7	7,2	2,6
sem instrução	11,0	8,7	7,8	9,3	8,8	0,8	5,1	5,3	11,7	10,0	6,3	7,7	20,0	13,5	13,5	10,4
PERNAMBUCO																
1-4	19,7	39,8	31,0	49,5	27,9	36,9	33,0	20,8	29,1	26,2	32,1	24,4	28,3	34,5	33,6	41,0
5-8	2,5	8,9	4,7	8,8	11,4	24,8	18,4	30,4	13,4	16,7	18,3	19,1	9,4	13,7	10,6	15,8
9-11	-	-	-	-	1,9	5,1	5,4	9,0	4,5	8,6	13,8	18,7	2,8	2,4	6,4	4,3
12 ou mais	-	-	-	-	0,3	-	0,2	0,4	3,6	9,3	3,2	8,2	3,5	1,3	3,4	1,0
sem instrução	77,8	51,2	64,3	41,7	58,4	-	42,9	28,2	49,3	39,1	32,6	29,5	55,9	48,1	46,3	37,9

FONTE: Censo 1970-1980.

Tabela 18 DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES QUE ESTÃO NA PEA E FORA DA PEA SEGUNDO ANOS DE ESTUDO - CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, TOTAL 1970-1980

ANOS DE ESCOLARIDADE	MULHERES													
	CRIANÇAS			ADOLESCENTES			JOVENS			TOTAL				
	1970		1980	1970		1980	1970		1980	1970		1980		
	NA PEA	FORA DA PEA	FORA DA PEA	NA PEA	FORA DA PEA	FORA DA PEA	NA PEA	FORA DA PEA	NA PEA	FORA DA PEA	NA PEA	FORA DA PEA		
BRASIL														
1-4	58,3	54,7	58,0	52,6	41,5	38,8	37,8	38,9	42,6	30,8	43,9	42,3	38,8	48,0
5-8	10,5	14,9	20,4	18,9	22,4	34,4	33,3	16,1	12,1	23,5	19,6	12,1	16,1	15,6
9-11	0,2	0,2	-	5,7	8,1	15,4	11,7	9,3	5,6	26,9	11,4	3,3	14,0	5,4
12 ou mais	-	-	-	2,2	1,2	0,9	0,5	18,2	4,4	10,4	3,8	1,7	7,4	1,2
sem instrução	31,0	30,2	21,6	20,6	26,7	10,5	16,6	17,4	35,2	8,4	21,1	40,5	23,6	29,7
SÃO PAULO														
1-4	77,5	65,7	61,8	65,5	46,2	34,6	30,2	52,6	58,1	32,5	47,5	53,6	42,0	53,2
5-8	13,0	25,6	31,3	17,2	25,3	42,0	43,8	10,9	7,8	25,5	24,5	10,8	19,5	19,5
9-11	0,2	0,3	-	6,9	15,9	18,3	19,7	10,0	7,5	24,3	12,7	5,0	13,9	7,1
12 ou mais	-	-	-	2,1	3,0	1,1	0,9	17,5	8,9	13,3	6,7	8,4	9,2	2,1
sem instrução	9,3	8,3	6,9	8,2	9,5	4,0	5,3	9,0	17,6	4,3	8,7	27,2	15,3	17,9
PERNAMBUCO														
1-4	32,5	42,7	45,0	34,7	33,1	36,5	34,1	27,1	29,6	26,1	33,4	30,2	30,8	38,5
5-8	4,8	10,4	8,7	14,7	23,1	23,2	30,2	16,2	13,7	19,1	18,3	11,2	11,2	13,7
9-11	-	-	-	3,3	5,0	12,0	9,8	7,1	4,8	27,6	12,6	2,3	11,8	5,1
12 ou mais	-	-	-	1,8	0,7	0,6	0,3	16,5	3,5	8,4	3,3	1,3	6,3	0,9
sem instrução	62,6	46,8	46,3	45,5	38,1	27,7	25,5	33,1	48,2	18,1	32,3	54,8	39,9	41,8

FONTE: Censo 1970-1980.

Tabela 19 MEDIANA DO RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS DE PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS
TOTAL, CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS
BRASIL, SÃO PAULO E PERNAMBUCO
1970-1980

ANOS DE ESTUDO	HOMENS						MULHERES										
	TOTAL		CRIANÇAS		ADOLESCENTES		JOVENS		TOTAL		CRIANÇAS		ADOLESCENTES		JOVENS		
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	
BRASIL																	
Total	0,97	1,50	0,30	0,41	0,49	0,89	0,94	1,43	0,68	0,94	0,22	0,26	0,49	0,71	0,81	1,14	
Sem instrução	0,53	0,87	0,26	0,38	0,41	0,65	0,47	0,85	0,44	0,47	0,19	0,23	0,24	0,36	0,30	0,47	
1 a 4	1,05	1,54	0,37	0,39	0,58	0,87	0,85	1,32	0,58	0,85	0,23	0,21	0,39	0,52	0,59	1,04	
5 a 8	1,55	1,79	0,38	0,50	0,80	1,03	0,91	1,73	0,91	1,15	0,31	0,37	0,57	0,85	0,90	1,48	
9 a 11	2,73	3,58	-	-	1,06	1,27	1,81	2,87	1,52	1,81	-	-	1,03	1,18	1,19	1,50	
12 ou mais	5,82	9,78	-	-	1,57	1,76	4,07	3,51	2,23	4,07	-	-	1,30	1,48	1,64	2,45	
SÃO PAULO																	
Total	1,31	2,47	0,36	0,54	0,74	1,27	1,36	2,17	0,88	1,36	0,25	0,42	0,52	1,15	0,96	1,48	
Sem instrução	0,88	1,43	0,33	0,53	0,59	1,17	0,79	1,45	0,52	0,79	0,23	0,42	0,41	0,77	0,53	0,94	
1 a 4	1,25	2,33	0,11	0,51	0,68	1,21	1,61	1,46	0,77	1,61	0,25	0,40	0,49	0,88	0,86	0,94	
5 a 8	1,49	2,47	0,39	0,66	0,78	1,27	1,39	1,76	0,89	1,39	0,31	0,49	0,64	1,19	1,01	1,17	
9 a 11	2,69	4,83	0,47	-	1,02	1,49	2,51	2,33	1,62	2,51	0,42	-	1,01	1,41	1,51	1,45	
12 ou mais	5,38	8,11	-	-	1,59	2,26	5,11	2,95	2,71	5,11	-	-	1,50	1,79	2,19	2,25	
PERNAMBUCO																	
Total	0,73	0,94	0,28	0,33	0,47	0,61	0,53	0,93	0,46	0,53	0,20	0,19	0,26	0,37	0,51	0,71	
Sem instrução	0,57	0,72	0,27	0,35	0,41	0,53	0,41	0,72	0,29	0,41	0,19	0,20	0,22	0,29	0,27	0,38	
1 a 4	0,86	1,12	0,30	0,29	0,50	0,62	0,52	0,92	0,41	0,52	0,20	0,17	0,24	0,31	0,34	0,45	
5 a 8	1,42	1,48	0,50	0,32	0,72	0,72	0,81	1,22	0,80	0,81	0,27	0,19	0,53	0,49	0,38	0,74	
9 a 11	2,35	2,72	-	-	1,00	0,88	1,32	1,72	1,32	1,32	-	-	0,89	0,79	1,01	1,09	
12 ou mais	3,74	8,93	-	-	1,42	1,29	3,24	2,61	1,72	3,24	-	-	1,13	1,08	1,34	1,60	

FONTE: Censo de 1970/80.
Observação: Foi feita uma estimativa para o valor do salário mínimo no Brasil (1970) a partir da média dos valores do salário mínimo por regiões, ponderada pelos números de população economicamente ativa em cada região.
(Valor da estimativa - NC:R\$ 163,00)

Tabela 20 TAXAS DE ATIVIDADE DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E A CONDIÇÃO DA FAMÍLIA BRASIL, SÃO PAULO E NORDESTE 1970-1977

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E CONDIÇÃO DA FAMÍLIA	TOTAL		SEM RENDIMENTO		ATÉ 1/2		MAIS DE 1/2 A 1		MAIS DE 1 A 2		MAIS DE 2	
	1970	1977	1970	1977	1970	1977	1970	1977	1970	1977	1970	1977
BRASIL												
TOTAL	43,8	53,8	3,8	28,3	42,4	51,8	48,9	54,6	49,7	57,0	50,3	56,7
Chefes	84,8	83,4	3,5	33,4	90,3	85,3	83,9	82,0	82,6	83,6	82,2	85,1
Cônjuges	10,0	28,9	1,6	18,1	6,8	27,3	14,1	27,1	20,5	30,7	26,7	35,0
Filhos de 10-17 anos ...	20,4	30,8	5,3	15,3	21,6	34,5	17,8	30,6	9,4	23,2	3,3	12,2
Filhos de 18 e mais	61,7	76,0	7,2	37,1	58,3	72,0	70,2	80,7	68,0	80,4	60,8	70,9
URBANA												
TOTAL	41,6	50,5	1,9	20,8	37,3	42,9	47,1	52,0	49,3	56,0	50,1	56,4
Chefes	79,7	80,5	1,7	27,4	84,2	79,3	82,0	80,4	82,0	82,3	81,8	84,7
Cônjuges	12,6	26,6	0,2	6,7	7,5	19,4	14,6	25,0	21,0	30,3	27,1	35,6
Filhos de 10-17 anos ...	13,0	21,6	2,9	6,2	12,8	21,1	15,8	26,0	9,0	21,3	3,0	10,3
Filhos de 18 e mais	60,8	74,4	4,3	20,5	52,7	64,8	69,3	79,3	68,0	80,6	60,8	70,4
RURAL												
TOTAL	46,8	60,7	6,9	43,0	46,6	60,1	59,5	63,1	55,8	63,3	53,4	59,9
Chefes	92,0	89,7	6,4	46,0	95,2	91,2	93,7	86,8	92,6	92,4	93,9	91,4
Cônjuges	6,6	33,8	3,6	35,9	6,2	34,1	11,2	33,6	11,3	33,2	11,8	26,4
Filhos de 10-17 anos ...	28,8	46,6	9,5	33,6	28,8	47,3	33,0	46,5	19,3	37,1	12,1	34,0
Filhos de 18 e mais	62,9	79,6	11,6	60,6	62,2	78,0	75,6	84,4	63,5	79,4	61,1	77,2
SÃO PAULO												
TOTAL	46,6	54,7	3,7	27,8	42,7	46,9	30,0	54,6	51,3	58,2	50,5	57,6
Chefes	83,3	82,9	4,6	35,9	67,8	82,3	84,4	82,7	82,3	82,4	83,7	85,9
Cônjuges	11,3	25,0	0,4	19,6	5,9	16,9	11,4	22,7	17,7	27,3	24,2	31,2
Filhos de 10-17 anos ...	22,8	30,3	3,3	13,9	24,1	31,3	25,0	35,6	14,9	29,0	43,5	15,3
Filhos de 18 e mais	71,3	81,4	10,4	9,8	63,6	72,6	76,4	85,4	74,6	86,4	64,5	74,7
URBANA												
TOTAL	46,4	54,3	1,4	22,2	40,8	44,4	49,3	53,7	51,3	58,1	50,5	57,7
Chefes	61,3	82,0	1,8	31,6	84,2	78,8	83,8	81,7	82,0	82,0	83,5	85,9
Cônjuges	13,0	25,6	-	4,8	7,3	16,9	11,8	22,0	18,0	27,5	24,6	31,7
Filhos de 10-17 anos ...	20,7	28,2	1,3	8,3	21,2	26,9	24,1	33,9	15,0	28,5	4,5	14,8
Filhos de 18 e mais	71,7	81,5	3,7	10,9	64,2	69,4	76,5	85,9	74,9	86,8	64,5	74,5
RURAL												
TOTAL	47,4	56,2	12,8	47,6	46,2	52,6	57,8	60,1	51,6	59,4	50,5	54,8
Chefes	92,9	89,1	16,1	94,0	95,4	91,2	92,9	88,5	91,1	88,2	90,7	88,2
Cônjuges	3,9	21,1	1,3	50,0	3,1	16,8	6,4	26,5	5,8	24,0	8,6	15,0
Filhos de 10-17 anos ...	30,2	41,8	10,7	40,1	30,0	41,0	38,5	45,9	10,7	36,3	3,1	29,3
Filhos de 18 e mais	69,3	80,3	38,1	-	68,0	78,3	76,0	82,9	66,2	80,3	66,7	78,7
NORDESTE												
TOTAL	43,1	54,9	2,9	30,8	43,7	54,9	47,7	55,8	47,9	56,0	50,1	55,2
Chefes	85,9	85,1	1,9	37,4	91,6	86,9	84,6	82,1	84,8	88,0	84,2	84,9
Cônjuges	9,1	33,1	0,6	12,4	8,0	32,8	17,6	32,0	25,2	37,6	28,7	39,2
Filhos de 10-17 anos ...	21,7	35,3	5,1	15,0	22,7	37,8	8,3	27,1	3,6	14,0	-	7,9
Filhos de 18 e mais	54,8	72,2	6,8	45,8	34,7	71,9	59,6	75,7	56,0	68,8	55,3	63,6
URBANA												
TOTAL	37,3	46,4	2,1	22,5	36,6	43,0	43,8	51,0	46,6	53,4	50,1	54,4
Chefes	79,0	79,6	1,7	30,4	85,4	79,6	81,4	80,8	83,7	85,9	83,9	83,8
Cônjuges	11,0	27,6	-	5,8	8,6	23,4	17,7	29,6	26,0	37,8	30,0	40,7
Filhos de 10-17 anos ...	6,5	17,6	3,0	4,6	8,8	19,1	5,6	16,2	2,1	8,9	-	4,0
Filhos de 18 e mais	48,8	65,4	5,1	10,9	46,0	61,8	57,4	71,9	54,7	67,1	56,3	61,6
RURAL												
TOTAL	47,3	62,8	3,8	42,1	47,8	62,5	64,5	65,4	61,9	65,5	49,8	60,3
Chefes	91,0	90,4	2,2	47,4	95,2	91,8	94,4	44,5	92,7	95,1	89,7	91,3
Cônjuges	7,9	37,8	1,4	20,9	1,7	38,1	16,2	36,9	15,3	36,7	-	28,6
Filhos de 10-17 anos ...	30,6	50,0	8,1	30,6	30,7	30,2	29,0	51,5	23,7	33,8	-	29,6
Filhos de 18 e mais	59,1	78,9	8,9	61,4	59,2	78,2	71,1	83,4	76,1	74,7	28,5	77,3

FONTE: Censo Demográfico de 1970 e Pesquisa Nacional de Domicílios 1977

Tabela 21 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES POR NÚMERO DE COMPONENTES E GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS COM RENDIMENTOS
BRASIL - 1970-1976

NÚMERO DE COMPONENTES ⁽¹⁾ E PESSOAS COM RENDIMENTOS	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR (SALÁRIO MÍNIMO)							
	TOTAL	ATÉ 1/2	MAIS DE 1/2 a 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 5	MAIS DE 5	SEM REN- DIMENTO	SEM DE- CLARAÇÃO
1970								
TOTAL	18.554,4	2.990,7	4.730,4	4.222,2	4.366,6	963,3	672,1	609,1
1 Pessoa	1.018,7	251,6	258,1	149,5	114,2	27,6	184,8	32,9
Com rendimento	833,9	251,6	258,1	149,5	114,2	27,6	-	32,9
2 Pessoas	2.735,3	562,1	722,9	506,1	494,3	125,0	247,2	77,7
1 Com rendimento	2.062,9	539,2	670,2	399,9	325,0	72,9	-	55,7
2 Com rendimento	425,2	22,9	52,7	106,2	169,3	52,1	-	22,0
3 Pessoas	3.081,0	534,6	798,0	674,4	713,7	164,5	108,2	87,6
1 Com rendimento	2.199,6	499,8	700,0	481,4	396,7	78,2	-	43,5
2 Com rendimento	666,6	32,7	90,2	175,7	262,7	69,4	-	35,9
3 Com rendimento	106,6	2,1	7,8	17,3	54,3	16,9	-	8,2
4 a 6 Pessoas	7.493,6	1.080,0	1.849,4	1.741,9	1.979,9	497,8	110,1	234,5
1 Com rendimento	5.009,8	999,8	1.569,5	1.161,9	965,2	230,1	-	83,3
2 Com rendimento	1.523,7	70,2	218,3	423,3	579,2	155,8	-	76,9
3 e mais com rendimento	850,0	10,0	61,6	156,7	435,5	111,9	-	74,3
7 a 10 Pessoas	3.619,1	505,6	970,4	971,8	875,4	130,1	20,7	145,1
1 Com rendimento	2.118,9	457,7	759,9	537,4	288,8	41,4	-	33,7
2 Com rendimento	717,2	39,9	144,2	251,7	208,8	30,7	-	41,9
3 e mais com rendimento	762,3	8,0	66,3	182,7	377,8	58,0	-	69,5
11 Pessoas e mais	606,7	56,8	131,6	178,5	189,1	18,3	1,1	31,3
1 Com rendimento	269,8	49,5	88,4	78,0	46,2	3,7	-	4,0
2 Com rendimento	122,4	5,6	25,4	45,2	35,9	2,8	-	7,5
3 e mais com rendimento	213,4	1,7	17,8	55,3	107,0	11,8	-	19,8
1976 ⁽²⁾								
TOTAL	23.130,4	1.212,7	3.492,5	5.706,9	6.818,7	5.576,7	229,5	93,4
1 Pessoa	1.183,5	282,3	311,2	253,9	167,2	141,8	22,7	4,4
Com rendimento	1.160,8	282,3	311,2	253,9	167,2	141,8	-	4,4
2 Pessoas	3.749,2	378,7	763,4	901,7	892,2	679,4	119,1	14,7
1 Com rendimento	2.504,6	368,4	629,6	623,3	539,2	336,9	-	7,2
2 Com rendimento	1.125,5	10,3	133,8	278,4	353,0	342,5	-	7,5
3 Pessoas	4.241,3	201,9	660,5	1.103,7	1.255,3	988,2	48,4	13,3
1 Com rendimento	2.585,6	189,9	541,9	762,5	660,0	428,0	-	3,3
2 Com rendimento	1.282,5	10,5	109,6	294,3	440,8	419,9	-	7,4
3 Com rendimento	324,8	1,5	9,0	46,9	124,5	140,3	-	2,6
4 a 6 Pessoas	9.486,6	261,1	1.192,4	2.254,0	2.981,0	2.727,9	34,0	36,2
1 Com rendimento	5.158,2	239,0	1.001,4	1.493,6	1.401,9	1.013,0	-	9,3
2 Com rendimento	2.473,0	20,2	167,8	576,3	878,3	818,0	-	12,4
3 e mais com rendimento	1.821,4	1,9	23,2	184,1	700,8	896,9	-	14,5
7 a 10 Pessoas	3.932,7	83,1	520,9	1.068,2	1.345,8	890,3	4,4	20,0
1 Com rendimento	1.723,9	77,3	434,5	630,6	393,5	184,8	-	3,2
2 Com rendimento	887,9	4,2	66,4	283,4	366,6	162,2	-	5,1
3 e mais com rendimento	1.316,5	1,6	20,0	154,2	585,7	543,3	-	11,7
11 Pessoas e mais	537,1	5,6	44,1	125,4	207,2	149,1	0,9	4,8
1 Com rendimento	175,8	5,2	33,5	61,2	54,0	20,0	-	1,1
2 Com rendimento	108,0	0,4	8,5	37,2	44,4	16,7	-	0,8
3 e mais com rendimento	252,4	-	2,1	27,0	108,8	111,6	-	2,9

FONTE: Tabulações especiais do Censo Demográfico e da PNDA 1976 - DEISO - IBGE.

(1) Incluídas as pessoas sem rendimento

(2) Corresponde ao Total das Regiões da PNDA, ou seja: Brasil excluindo as áreas rurais da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso e Goiás.